

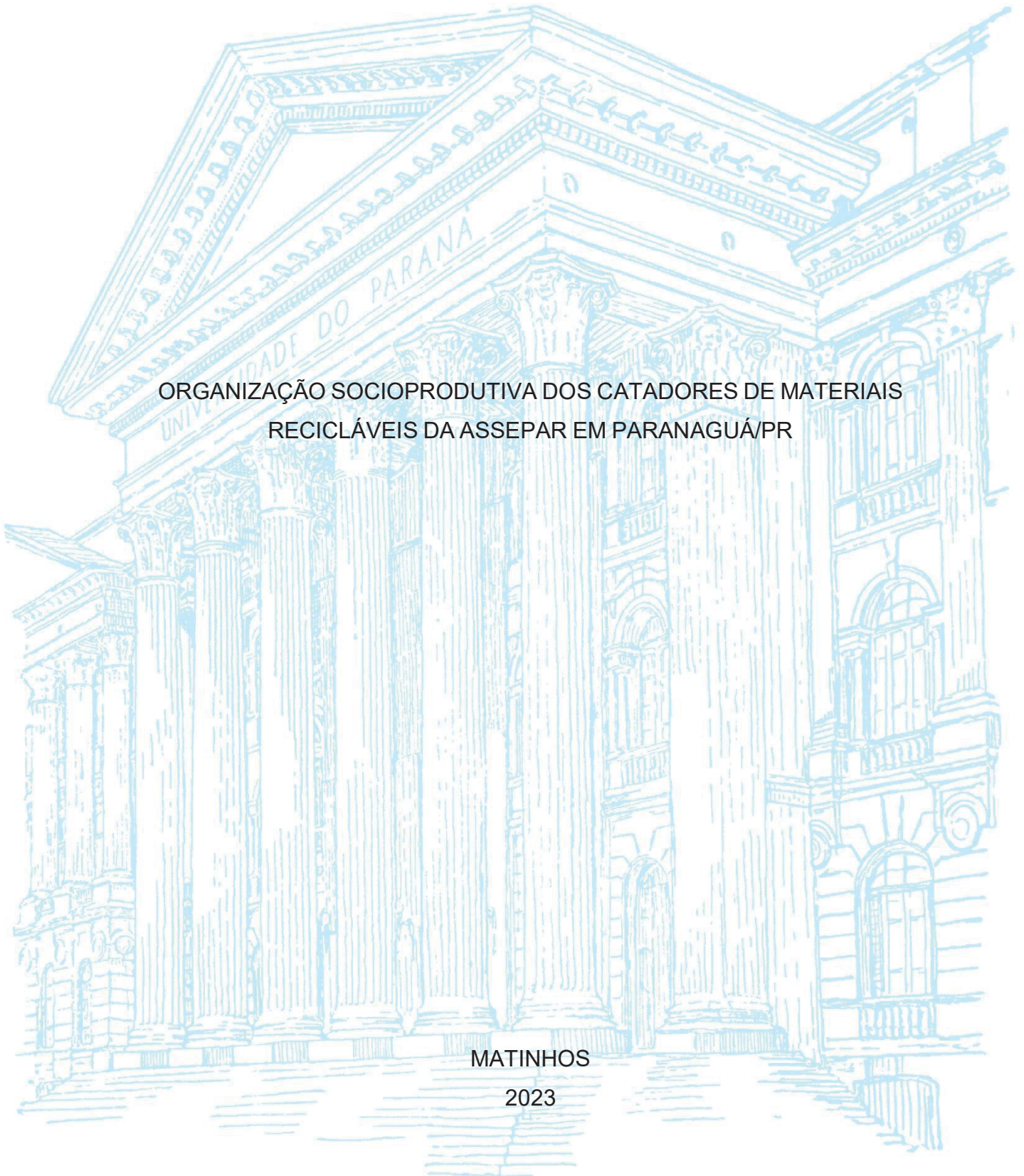
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GERALDO SEBASTIÃO MARQUES JUNIOR

ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS DA ASSEPAR EM PARANAGUÁ/PR

MATINHOS

2023



GERALDO SEBASTIÃO MARQUES JUNIOR

ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS DA ASSEPAR EM PARANAGUÁ/PR

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientadora: Profa. Dra. Mayra Taiza Sulzbach

MATINHOS

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

M357 Marques Junior, Geraldo Sebastião
Organização socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis da ASSEPAR em Paranaguá/PR / Geraldo Sebastião Marques Junior ; orientadora Mayra Taiza Sulzbach. – 2023
81 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2023.

1. Reciclagem. 2. Catadores de recicláveis. 3. Litoral do Paraná. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 363.7



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001018081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de GERALDO SEBASTIÃO MARQUES JUNIOR intitulada: **Organização socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis da ASSEPAR em Paranaguá/PR**, sob orientação da Profa. Dra. MAYRA TAIZA SULZBACH, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 27 de Junho de 2023.

Assinatura Eletrônica

28/06/2023 11:45:30.0

MAYRA TAIZA SULZBACH

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

03/07/2023 10:41:37.0

LUCIA HELENA ALENCASTRO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

28/06/2023 10:00:10.0

ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MENEZES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RUA JAGUARIAÍVA, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil

CEP 83260-000 - Tel: (41) 3511-8371 - E-mail: ppgdts@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 294868

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 294868

Dedico este trabalho à minha avó, à minha mãe e às minhas irmãs.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta etapa, gostaria de agradecer à orientadora, Prof^a Dr^a Mayra Taiza Sulzbach por ter aceitado o convite para me orientar e pelos conselhos de vida compartilhados, juntamente com seus conhecimentos acadêmicos que contribuíram para a conclusão dessa pesquisa.

À Universidade Federal do Paraná pelo ensino público, gratuito e de qualidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

À banca composta pela Prof^a Dr^a Lucia Helena Alencastro, que para além de membro da banca, também foi supervisora de estágio e se tornou uma fonte de inspiração pela sua empatia e didática, por muitas vezes ter sido um ombro amigo no meio acadêmico. Assim como a Prof^a Dr^a Elaine Cristina de Oliveira Menezes, que ministrou a disciplina de pesquisa I e contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa desde o início.

À minha família, em especial, minha mãe Cristiane Cabral, por ser um exemplo de determinação e garra. Às minhas irmãs, Thais e Thamiris, que são fontes de inspiração pelo exemplo de profissionais que são. Não consigo mensurar o quão importante o apoio de vocês foi essencial em todas as etapas, desde o processo seletivo.

Aos meus mestres da vida e que foram meus professores na primeira graduação: Prof^o Dr^o Evandro Cardoso do Nascimento e Prof^a Dr^a Liliane da Costa Freitag. Agradeço pelas dicas, apontamentos e pelo amor em ensinar. Vocês estarão marcados para sempre na minha história.

Aos meus melhores amigos: Guilherme, Izabela, Luiz, Rubia, Jamile, Milena, Maria, Ana, Nicolle, Bruna e Eurico. Obrigado por compreenderem minha ausência e acreditarem no meu trabalho.

Dedico este trabalho ao meu companheiro, Felipe, por estar ao meu lado nos momentos bons e principalmente, nos momentos ruins. Obrigado por acreditar desde o começo que eu conseguiria e por nunca ter soltado a minha mão. Sou grato pela sua existência!

Por fim, agradeço aos catadores de materiais recicláveis da ASSEPAR pela participação na pesquisa e pela disponibilidade.

Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar os princípios econômicos mobilizados pelo(a)s associado(a)s da ASSEPAR e como esses estão expressos no estatuto da Associação. Ademais, busca-se responder ao problema: Quais são os princípios econômicos dos associados da ASSEPAR e que fundamentam essa organização coletiva? A base teórica está pautada na Economia Solidária, na Economia Popular Solidária e Socioeconomia Solidária, juntamente com as Economias Substantivas. Os objetivos específicos são: levantar princípios econômicos que apoiam à promoção da subsistência de coletivos humanos; identificar os princípios de solidariedade e como esses se relacionam com os princípios mobilizados na ASSEPAR; elencar princípios econômicos substantivos acionados na ASSEPAR e não mencionados na literatura. Trata-se de uma pesquisa social cujos procedimentos metodológicos são: observação não-participante, entrevistas abertas, análise documental. Além disso, também foi utilizada a análise de conteúdo enquanto aporte teórico metodológico para analisar as entrevistas realizadas com o(a)s associado(a)s. A partir das análises destaca-se na ASSEPAR a promoção de princípios econômicos substantivos, esses pautados em valores sociais para a reprodução da vida e não os econômicos conduzindo as relações sociais, como aponta Polanyi (2016) sobre a grande transformação que ocorreu com a homogeneização da economia de mercado em nível global. Neste sentido, a ASSEPAR pode ser caracterizada como uma organização produtiva e distributiva, na qual os associados seguem princípios econômicos substantivos, ou seja, acionam diferentes valores sociais, inclusive o da economia de mercado para promover a subsistência.

Palavras-chave: Catadores de Materiais Recicláveis; Princípios Econômicos; Organização Socioprodutiva; Socioeconomia Solidária.

ABSTRACT

The general objective of this research is to identify the economic principles mobilized by the ASSEPAR members and how they are expressed in the association's bylaws, seeking to answer the research problem: What are the economic principles of the ASSEPAR members that underlie this collective organization? The theoretical basis is based on Solidarity Economy, Popular Solidarity Economy and Socioeconomy Solidarity, together with Substantive Economies. The specific objectives are: to raise economic principles that support the promotion of the subsistence of human collectives; to identify the principles of solidarity and how they relate to the principles mobilized in ASSEPAR; to list the substantive economic principles at work in ASSEPAR and not mentioned in the literature. This is a social research whose methodological procedures are: non-participant observation, open interviews, documentary and content analysis. From the analysis, ASSEPAR highlights the promotion of substantive economic principles, based on social values for the reproduction of life and not the economic ones driving social relations, as Polanyi (2016) points out about the great transformation that has occurred with the homogenization of the market economy on a global level. In this sense, ASSEPAR can be characterized as a productive and distributive organization, in which members follow substantive economic principles, i.e., they trigger different social values, including that of the market economy to promote subsistence.

Key-words: Collectors of Recyclable Materials; Economic Principles; Socio-productive organization; Solidarity Socioeconomics.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - AUTORES REFERÊNCIA, ECONOMIAS E PRINCÍPIOS QUE AS FUNDAMENTAM.....	30
QUADRO 2 - DADOS DOS PARTICIPANTES REFERENTES AO SEXO, IDADE, ESCOLARIDADE, LOCAL DE ORIGEM, TEMPO NA ASSOCIAÇÃO E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO ANTERIORES.....	48

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – PLACA COM O NOME DA ASSOCIAÇÃO FEITA PELO(A)S ASSOCIADO(A)S.....	50
IMAGEM 2 – SIGLA DA ASSOCIAÇÃO NO UNIFORME DE UMA ASSOCIADA.....	51
IMAGEM 3 - MAPA DA VILA SANTA MARIA E LOCALIZAÇÃO DA ASSEPAR.....	54

LISTA DE SIGLAS

AL	América Latina
ANCAT	Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis
ASSEPAR	Associação de Catadores de Material Reciclável da Vila Santa Maria
EP	Economia Popular
EPS	Economia Popular Solidária
ES	Economia Solidária
MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico de Paranaguá
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PRONACOOP	Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho
Senaes	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SES	Socioeconomia Solidária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 PRINCÍPIOS QUE ORIENTAM A PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO: OUTRAS ECONOMIAS	18
1.1 PRINCÍPIOS ECONÔMICOS ORIENTADOS PARA A PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	18
1.2 A ORIGEM DO COOPERATIVISMO E OS CONTRAMOVIMENTOS DOS TRABALHADORES	21
1.3 PRINCÍPIOS INERENTES ÀS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS	23
1.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS EXPRESSÕES NA AMÉRICA LATINA	26
2 ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL	32
3 A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	36
3.1 ORGANIZAÇÃO DE CATADORES EM MOVIMENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	36
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À ORGANIZAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	38
3.2.1 Nacional	38
3.2.2 Local	44
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	46
4.1 TIPO DE PESQUISA	46
4.1.1 Coleta dos Dados	48
4.1.2 Participantes	49
4.1.3 Observação não-participante	50
4.1.4 Análise dos dados	53
4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DE PARANAGUÁ: LOCAL ONDE A ASSEPAR ESTÁ SEDIADA	53
4.3 ASSEPAR	55
4.3.1 Organização da ASSEPAR	55

5 RESULTADOS	56
5.1 DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO E OBJETIVOS	56
5.1.1 PORTA ABERTA/LIBERDADE	56
5.1.2 ENTRANHAMENTO COMUNAL	57
5.1.3 POBREZA	60
5.1.4 DIVISÃO DE GANHOS	61
5.1.5 REDISTRIBUIÇÃO	61
5.1.6 AUTOGESTÃO	62
5.1.7 DEMOCRACIA	65
5.1.8 RECIPROCIDADE POSITIVA	66
5.1.9 NEUTRALIDADE	66
5.1.10 SOLIDARIEDADE	67
5.1.11 COOPERAÇÃO	68
5.1.12 SUSTENTABILIDADE	70
5.1.13 PARCERIAS	69
5.1.14 AUTONOMIA	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	76

INTRODUÇÃO

No Brasil, o processo de organização coletiva de catadores de materiais recicláveis em associações e/ou cooperativas foi resultado de ações da Igreja Católica, em conjunto com o poder público e entidades da sociedade civil, entre as décadas de 1980 e 1990, que buscavam incentivar a criação de organizações para a coleta e venda de materiais recicláveis por pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade. Essas ações deram origem às primeiras associações e cooperativas de catadores no Brasil: em Porto Alegre foi criada a Associação de Catadores de Material de Porto Alegre, em 1986; em São Paulo, a Associação dos Catadores de Papel, que posteriormente veio se chamar Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis - COOPAMARE, em 1989; em Belo Horizonte, a Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável - ASMARE, em 1990; e em Brasília, a Associação dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brazlândia - ACOBRAZ, em 1990 (BORTOLI, 2012).

A partir da participação das organizações coletivas em movimentos sociais, os catadores passaram a reivindicar políticas de inclusão econômica e social, além de garantias de melhorias de condições de vida e de trabalho. Em 1998, um dos movimentos sociais que apoiou a organização dos catadores foi o Fórum Nacional de Lixo e Cidadania, coordenado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, que reuniu aproximadamente 50 organizações governamentais e não governamentais, tendo como objetivos:

Retirar todas as crianças e adolescentes do trabalho com lixo nos lixões e nas ruas, promovendo sua inclusão educacional;
Promover a inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis, especialmente por meio de apoio à sua organização e de programas de coleta seletiva;
Erradicar os lixões, implantando sistemas de gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos, com participação de todos os envolvidos, especialmente os catadores. (GOMES, 2005, p. 09)

Em 2000 foi fundada a Associação Nacional de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis – ANCAT (ANCAT, 2022). Posteriormente, em 2001, durante o primeiro Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, em Brasília, foi fundado o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, o

qual reuniu mais de 1.700 catadores de várias partes do país, resultando na Carta de Brasília, que elenca demandas, bem como os princípios para atuação política e social desses (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013).

Os movimentos de catadores também reivindicaram políticas públicas direcionadas aos mesmos, em especial, demandando o reconhecimento da atividade por parte do Estado. Como resultado das reivindicações, a Ocupação “catador de material reciclável” foi incluída na lista de Classificação Brasileira de Ocupações em 2002, para além, em 2003, ter sido criado, por decreto, o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais e Recicláveis - CIISC, junto a Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes.

A Senaes, criada em 2003, tinha como objetivo propor ações para o ingresso de pessoas desempregadas no mercado de trabalho, incentivando à criação de organizações produtivas caracterizadas como associações ou cooperativas. Essas, pautadas nos princípios de: solidariedade, autogestão, cooperação e democracia. Com a criação da Senaes, o movimento de Economia Solidária se espalhou no território brasileiro (SINGER, 2014).

Outra política pública que fazia menção aos catadores estava no Decreto Federal nº 5.940/2006, o qual regulamentava a separação e destinação de resíduos recicláveis, descartados pelos órgãos e entidades da administração pública para associações e/ou cooperativas de catadores (BRASIL, 2006). Esse Decreto foi substituído em 2022 pelo de número 10.936, regulamentando a Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS no Brasil (BRASIL, 2022). Para Rocha *et al.* (2020), a PNRS veio a contribuir com a organização dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, incentivando à formação de associações e cooperativas por catadores e reconhecendo a prioridade destas organizações na coleta seletiva para o fechamento dos lixões.

Por meio da organização de catadores de materiais recicláveis em associações e/ou cooperativas, de acordo com Schiochet (2012), criou-se uma possibilidade de emancipação política, econômica e social dos associados/cooperados. Segundo Garcia (2011), a organização em coletivos (movimentos sociais e em associações/cooperativa) de catadores pode resultar num maior compromisso dos poderes público para com os catadores, pois o processo associativo (coletivo) resulta na,

construcción de redes de apoyo, propicia espacios de construcción colectiva para promover comportamientos basados en la democracia y para atenuar el autoritarismo y la agresividad, refuerza los vínculos entre el grupo de recicladores haciendo contrapeso al individualismo y sobre todo convierte a los asociados en interlocutores válidos ante el Estado y otros actores (GARCIA, 2011, p. 278).

Em Paranaguá, local onde a pesquisa foi realizada, há registro sobre a coleta de materiais recicláveis desde 1973, quando a Prefeitura Municipal de Paranaguá começou a utilizar um terreno localizado no bairro Imbocuí como “lixão”, e posteriormente, como aterro sanitário (PARANAGUÁ, 2012). Nesse, havia pessoas procurando materiais, seja para uso pessoal ou para o comércio (WRONISKI, 2005). Em Paranaguá, pelo menos três ações marcam mudanças na coleta seletiva: em 2006, foi criada a Associação de Catadores de Material Reciclável da Vila Santa Maria – ASSEPAR; em 2009, foi implementada a coleta seletiva pela Lei Nº 3.049 (PARANAGUÁ, 2009); e em 2011, foi aprovado o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, fazendo referência à coleta por associações e cooperativas (formais) e por carrinheiros (informais) (PARANAGUÁ, 2011).

A pesquisa toma como base teórica outras formas de organização produtiva que não decorrem da acumulação capitalista: a Economia Solidária de Paul Singer (2002), caracterizada por ser mobilizada pela classe trabalhadora contra a venda da força de trabalho como mercadorias, características da Europa no Século XVIII; e Economia Popular Solidária, Economia Solidária e Socioeconomia Solidária, descritas por Armando Lisboa (2004, p. 15). Segundo o autor, tais economias estão pautadas nas relações sociais “com a mínima presença de relações de assalariamento, e que dependem da contínua realização do seu próprio fundo de trabalho para sua reprodução”, específicas da América Latina e do Brasil. Esses marcos teóricos são refletidos com os promotores de “outras economias”, descritos por Karl Polanyi (2016), o qual sustenta que a economia, no seu sentido substantivo, decorre dos princípios sociais que as pessoas acionam para originar produtos ou serviços, e que nos coletivos promovem a garantia da subsistência dos seus membros.

Trata-se de uma pesquisa social, de caráter qualitativo e exploratório, com procedimentos metodológicos que se valem de observação não-participante, entrevistas abertas realizadas com catadores da ASSEPAR e análise documental, mais especificamente do Estatuto Social da Associação. Outrossim, esta pesquisa

também se valeu da análise de conteúdo para identificar os dados obtidos por meio das entrevistas abertas com o(a)s associado(a)s.

A pesquisa vale-se ainda de uma revisão de literatura para apresentar a fundamentação teórica acerca das outras economias, revisão bibliográfica sobre a organização de catadores de materiais recicláveis em associações e cooperativas no Brasil, juntamente com documentos para a contextualização do tema e do local da pesquisa, pelos quais busca-se responder o seguinte problema de pesquisa: Quais são os princípios do(a)s associado(a)s, que serão tratados apenas como associados, da ASSEPAR que fundamentam essa organização coletiva?

Com base na organização coletiva dos catadores de materiais recicláveis e na estruturação das associações e/ou cooperativas de catadores no Brasil, esta pesquisa tem como objetivo geral, identificar os princípios econômicos mobilizados pelo(a)s associado(a)s da ASSEPAR em Paranaguá. Este objetivo foi desmembrado em três específicos: levantar princípios econômicos que apoiam à promoção da subsistência de coletivos humanos; identificar princípios de solidariedade e como esses se relacionam com os princípios mobilizados na ASSEPAR; elencar princípios econômicos substantivos acionados na ASSEPAR e não mencionados na literatura.

Quanto aos pressupostos do presente estudo ancora-se na hipótese que a ASSEPAR é uma organização produtiva na qual os associados agem a partir de princípios econômicos substantivos, ou seja, acionam diferentes valores sociais, inclusive o da economia de mercado, para suas subsistências. Nesse sentido, trata-se de uma estrutura que fomenta diferentes economias.

1 PRINCÍPIOS QUE ORIENTAM À PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO: OUTRAS ECONOMIAS

1.1 PRINCÍPIOS ECONÔMICOS ORIENTADOS PARA A PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

O sistema econômico na Inglaterra no período anterior à Revolução Industrial era o mercantilismo, cujas “motivações e circunstâncias das atividades produtivas estavam incrustadas na organização geral da sociedade” (POLANYI, 2016, p. 131). Contudo, segundo Polanyi (2016), a motivação à maximização dos lucros, pelos comerciantes, que passou a dominar na era industrial, não mais estava endossada no social:

[...] a criação de bens não implicava a atitude de reciprocidade que caracteriza o auxílio mútuo, nem a preocupação do chefe de família por aqueles que estão a seu cargo, nem o orgulho que o artesão extrai do exercício da sua arte, nem as satisfações decorrentes da boa reputação – bastava a simples motivação do lucro, tão bem conhecida por aquele cuja profissão consiste em comprar e vender (p. 135).

Ao discutir a origem da economia de mercado e o princípio da troca, Polanyi (2016) apresenta três princípios encastrados no social: reciprocidade, redistribuição e administração doméstica. Para o autor, tais princípios, assim como o da troca, podem aparecer nas sociedades, sem que prevaleçam, ou seja, sem que haja a hegemonia de um, tal como se impôs a economia de mercado. Nascimento (2015, p. 22) complementa que, “apesar de coexistirem em quase todos os sistemas econômicos, [estes princípios] revestem graus de importâncias diferentes dentro de cada grupo e produzem valores materiais, éticos e afetivos”.

Polanyi (2016) utiliza o exemplo dos *trobriandeses* da Melanésia Ocidental para explicar os princípios da redistribuição e da reciprocidade, e como esses eram mobilizados no dia a dia nas aldeias. Neste caso em específico, a reciprocidade era evidenciada na divisão sexual e nas relações de parentesco para organização da sociedade:

O sustento da família - da mulher e dos filhos - é uma obrigação que incumbe aos parentes matrilineares. O homem, que provê às necessidades

da sua irmã e da família desta mediante a entrega do melhor da sua colheita, adquire o crédito [reconhecimento da sociedade] devido ao seu bom comportamento, mas recolhe em troca poucos benefícios materiais imediatos; em contrapartida, caso [descumpra com] as suas obrigações, será sobretudo a sua reputação a sofrer. (GRIFO DO AUTOR, p. 113)

A reciprocidade, segundo o autor, agia no sentido de garantir a produção e, também o sustento da família, na medida em que, o fator social da reputação gerava no sujeito a motivação para que ele desse o melhor de si, garantindo que sua família também fosse beneficiada pelas ações de outros membros da aldeia. Este princípio proporcionou a reprodução daquela sociedade. Para Temple (1997, p. 106), “a reciprocidade envolve a preocupação pelo outro, ou seja, valores afetivos, tais como a paz, a confiança, a amizade e a compreensão mútua”. Entretanto, este princípio não se refere apenas a valores positivos. De acordo com Chabal (2006, p. 04), a intenção presente em ações determina o surgimento de “valores mais pacíficos ou mais guerreiros”. Para a autora, as reciprocidades ocorrem de duas formas: positivas e negativa,

A forma que chamamos por convenção de reciprocidade “positiva” tende a estabelecer um vínculo social de, digamos, envolvimento positivo do outro, ou de inclusão do outro. Esta forma “positiva” é reconhecida na antropologia como a reciprocidade da dádiva. A forma de reciprocidade que chamamos de “negativa” é também um tipo de “vínculo social” com o outro, [...]; é um “vínculo” de envolvimento negativo, de exclusão do outro. É a reciprocidade de vingança, que chamaremos arbitrariamente de “negativa”, se a reciprocidade de dádivas é dita “positiva” (p. 04).

Sabourin (2009, p. 62) afirma que: “cada um dá ao outro sem buscar a submetê-lo e nem obrigá-lo. Assim, a determinação da dádiva através da busca de prestígio é relativizada pelos limites das necessidades do outro”.

A redistribuição possui outra dinâmica de funcionamento. Para Polanyi (2016), esse princípio requer a figura de um centralizante, ao qual cabe remanejar os produtos colhidos pelos membros da aldeia para todos. No caso dos *trobriandeses* da Melanésia Ocidental, a centralização era exercida pela figura do chefe da aldeia. A redistribuição descrita pelo autor se dá,

[...] uma vez que toda a atividade comum gira em torno dos festins, das danças e de outras ocasiões em que os habitantes da ilha se recebem uns aos outros ou presenteiam os seus vizinhos de outra ilhas (em festas durante as quais é distribuído o produto do comércio de longo curso, bem como se oferecem e retribuem presentes de acordo com as regras de etiqueta, ao mesmo tempo que o chefe entrega a cada um os presentes

habituais), torna-se evidente a imensa importância do sistema de armazenamento (p. 113).

Para Polanyi (2016), o ato de guardar ou reunir produtos não está ligado à escassez, mas sendo motivado pela produção e reprodução dos membros da aldeia, para que todos pudessem usufruir do que fora produzido.

O princípio da administração doméstica, explicado pelo autor, se refere à “produção para uso próprio” (p. 117). Na prática,

[...] a provisão dos bens necessários à sua unidade doméstica só passa a ser um traço da vida econômica a um nível mais avançado da agricultura – e, até mesmo então, continua a nada ter em comum com a motivação do lucro ou com a instituição dos mercados (POLANYI, 2016, p. 117).

Ao descrever esses princípios, Polanyi (2016) demonstra que, o princípio da troca não foi e não é único na história das sociedades humanas, e que, os seres humanos não agem apenas para satisfazer suas necessidades individuais.

A hegemonia global da economia de mercado, baseada em motivações individuais, orientada pelo princípio da troca, de acordo com o autor, teve início no final do século XIX, quando se deu à Revolução Industrial na Europa, e acarretou a ascensão do liberalismo, isto é, a expansão da economia organizada pelo sistema de mercados autorregulados.

Foi por meio da Revolução Industrial que ocorreu a expansão dos mercados, mais especificamente a partir do fortalecimento da indústria do algodão, decorrente da disponibilidade de ferro e carvão, das máquinas especializadas e da existência de uma massa de população expropriada e vedada ao uso das terras (POLANYI, 2016).

Polanyi (2016) argumenta que, a organização industrial e o sistema de mercado modificaram a organização social. Antes desses eventos, o trabalho era conceituado pela relação que o homem estabelecia com a natureza para sua subsistência, com essa nova forma de organização social, o homem (trabalhador) e a natureza (terra) foram transformados em mercadorias, “fictícias”, por serem precificados conforme a disponibilidade de suas quantidades. Logo,

[...] a utilização da força de trabalho podia ser universalmente comprada e vendida por um preço chamado salário, e o uso da terra negociado por um preço chamado renda. Havia um mercado do trabalho como um mercado da terra, e a oferta e a procura eram, em cada um deles, reguladas respectivamente pelo nível dos salários e das rendas – o que sustentava

decididamente a ficção do trabalho e da terra como produtos destinados a serem vendidos (POLANYI, 2016, p. 186).

O homem, desprovido da terra, necessitava, para sua subsistência, vender sua força trabalho em troca de salário (dinheiro), provocando uma nova organização da sociedade:

[...] o *trabalho* é o termo técnico que designa os seres humanos quando estes não são empregadores, mas empregados – daí que a organização do trabalho devesse passar a transformar-se concomitantemente com a organização do sistema do mercado. Mas, como a organização do trabalho é só uma outra maneira de dizer as formas de vida das pessoas comuns, isso significa que o desenvolvimento do sistema de mercado teve de ser acompanhado por uma transformação na organização da própria sociedade. A sociedade humana tornara-se em toda a linha um prolongamento do sistema econômico (POLANYI, 2016, p. 136).

Segundo Polanyi (2016), a sociedade passou a ser subordinada à lógica do mercado. Na prática: a sociedade se tornou um elemento auxiliador do mercado, ocasionando “uma modificação das motivações da ação entre os membros da sociedade” (p. 107): motivações pelo princípio da troca, institucionalizando uma sociedade de mercado. Contudo, a organização da sociedade para o mercado provocou uma série de contramovimentos por parte dos trabalhadores das fábricas.

1.2 A ORIGEM DO COOPERATIVISMO: CONTRAMOVIMENTOS DOS TRABALHADORES

Para Singer (1998), os trabalhadores reagiram à forma que estava se organizando a sociedade. Os trabalhadores procuraram “opor-se ao capitalismo industrial em ascensão, primeiro tentando impedir o uso do maquinário” (p. 37) e depois propuseram a construção de “outra sociedade, coletivista, em que os meios de produção seriam ou propriedade comum ou propriedade privada mas acessível a todos” (p. 37). Os trabalhadores também buscaram apoio do Estado para a elaboração de legislações para sua proteção, e para a operacionalização dos sindicatos. A consciência de classe pelos trabalhadores acarretou numa maior compreensão social acerca do individualismo presente no sistema capitalista.

Enquanto vendedores de força de trabalho, os trabalhadores viam-se inferiorizados não apenas por serem pobres e, por isso, extremamente dependentes desta venda, mas por estarem desunidos, entrando em concorrência entre si para o gáudio dos patrões. Ao contrário destes, que tendiam a gostar de concorrência, os operários não tardaram a aprender que ela lhes era prejudicial. Na livre disputa entre empregados e desempregados pelo emprego, é fácil imaginar que o salário cai ao seu nível mínimo de subsistência e lá tenderá a ficar. Portanto, tornou-se vital para os operários evitar o confronto entre eles, organizando-se sob a forma de monopólio para compensar a superioridade econômica dos compradores de força de trabalho (SINGER, 1998, p. 37).

A criação dos sindicatos de trabalhadores para reorganização da sociedade pautada na coletividade, para Singer (1998), apoiava também a luta dos trabalhadores. Assim como os sindicatos, as cooperativas também tiveram sua fundação por meio da reação dos trabalhadores. Para Singer (1998), as cooperativas eram,

[...] um desdobramento lógico das atividades dos *trade clubs* enquanto sociedades mutualistas. Trabalhadores, que mantêm fundos comuns para atender emergências como doenças e óbitos, têm facilidade para criar outros fundos destinados a compras em comum e até para projetos mais ambiciosos, como moinhos e padarias (p. 39).

Na Grã-Bretanha, entre 1826 e 1835, pelo menos 250 sociedades cooperativas ligadas aos sindicatos foram formadas (SINGER, 1998). Durante a primeira década do século XIX, Robert Owen, dono de um complexo têxtil em New Lanark, buscou contribuir para a reorganização do trabalho, protegendo os trabalhadores de suas fábricas: limitou a jornada de trabalho em oito horas e proibiu o trabalho infantil. E mesmo com essas medidas, a produtividade dos trabalhadores foi maior.

Owen, de acordo com Singer (1998), também apresentou ao governo britânico uma proposta de criação de “Aldeias Cooperativas”, contudo não obteve apoio, o que o levou a mudar-se para os Estados Unidos. Em 1825, Owen criou a primeira Aldeia Cooperativa em New Harmony, onde permaneceu até 1829. Enquanto Owen estava nos Estados Unidos, seus seguidores na Inglaterra continuaram aplicando suas ideias, acarretando a criação de várias sociedades cooperativas, juntamente com a revogação da *Combination Acts* em 1824 - uma legislação que proibia a organização de trabalhadores em sindicatos, dado que estes representavam uma ameaça ao livre mercado de trabalho, o que viabilizou atuarem em cooperativas (SINGER, 2002).

Após a atuação do movimento owenista em 1836 em Londres, segundo Singer (1998), o movimento de trabalhadores voltou a atuar propondo novas reformas. Esse movimento ficou conhecido como Cartismo ou Carta do Povo pelos seus resultados, ou ainda: *London Workingmen's Association for Benefiting Politically, Socially and Morally the Useful Classes* – LWMA. Segundo Singer (1998), a LWMA realizou uma petição, incluindo seis pontos que viriam a constituir a Carta do Povo, sendo eles: sufrágio universal masculino, distritos eleitorais iguais, parlamentos anuais, remuneração dos parlamentares, voto secreto e a não exigência de ser dono de alguma propriedade para poder pertencer ao parlamento. Estes contramovimentos dos trabalhadores organizados em sindicatos cooperativos acarretaram a formulação dos princípios teóricos da Economia Solidária - ES.

1.3 PRINCÍPIOS DAS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS

A cooperação entre os trabalhadores foi um dos princípios que sustentou a formação das cooperativas e que buscou garantir a participação dos trabalhadores nos rendimentos da atividade econômica (VEIGA; FONSECA, 2001). Princípio que, para Carneiro (1981):

[...] nasceu de Robert Owen, por duas razões essenciais: a primeira, foi a concepção de uma nova forma social de vida, baseada no trabalho e na sua distribuição, e a segunda, foi a tentativa de organizar esse princípio como um sistema definido por uma palavra criada por Owen com o nome de COOPERATION (CARNEIRO, 1981, p. 70).

Segundo Polanyi (2016, p. 218), o princípio da cooperação levantava questões, como a de que: forças morais eram interpeladas no cotidiano, para tanto, um método pelo qual “seria possível restaurar a existência do homem”.

As cooperativas, de acordo com Singer (2002), foram formadas para ser um modelo alternativo de organização social para a produção e distribuição de bens e serviços nas sociedades capitalistas ocidentais, baseadas nos princípios da democracia e da igualdade das sociedades europeias (SINGER, 2001), mas também, em resposta ao desemprego e à falta de oportunidade para as pessoas mais pobres ou sem acesso ao capital, no caso do Brasil. Entretanto, cabe ressaltar o que Baptista (2014) afirma acerca das desigualdades presentes nas cooperativas, mesmo que criadas a partir de preceitos solidários. Isto é, mesmo no interior de

cooperativas solidárias persistem desigualdades decorrentes da reprodução das relações dispare:

Ainda que nascidas sob preceitos cooperativistas e solidários, as cooperativas inserem-se em um cenário em que prevalecem as desigualdades, nos mais diversos aspectos (econômico, social, político, institucional, etc.), que impactam na própria forma de associação entre as pessoas e entre as cooperativas. Ou seja, entre os que estão à margem, ainda há a reprodução de desigualdades operando. As relações sociais são díspares, e este é o desafio dos sistemas cooperativistas: iniciar as bases pautadas pela igualdade e mantê-las posteriormente (p. 138).

Com base em Singer (2002), as cooperativas, que se estruturavam para diferentes fins (de consumo, de crédito¹, de compras e vendas² e de produção) eram uma forma de organização social atenta aos princípios universais à liberdade individual e à igualdade dos homens.

As cooperativas de consumo foram as primeiras a serem criadas e segundo Singer (2002, p. 89), “são associações de trabalhadores [...] que visam produzir bens ou serviços a serem vendidos em mercado”. Nesse sentido, além dos princípios universais (democracia, liberdade, igualdade), as cooperativas também utilizavam o princípio da troca. Entretanto, essas diferenciavam-se das organizações pautadas pela economia de mercado, por se somarem outros princípios:

- Tomada de decisão: princípio que garantia a democracia e a autogestão nas cooperativas, na medida em que cada membro tinha direito a um voto;
- Porta aberta: princípio que permitia que novos membros fossem aceitos nas cooperativas, possibilitando assim, o aumento do número de membros e conseqüentemente, de cooperativas, abrindo novas filiais e obtendo ganhos em escalas;
- Taxa de juros fixa para o pagamento de capital emprestado: princípio que possibilitava aos cooperados pegar emprestado capital para investirem na própria cooperativa;

¹ As cooperativas de crédito exerciam o mesmo papel que os bancos exerciam para as classes mais altas da sociedade, mas para os cooperados. Sendo assim, elas guardavam o que os cooperados aplicavam na cooperativa, mas não conseguiam fornecer empréstimos para os membros (SINGER, 2002).

² As cooperativas de compra e venda eram formadas por pequenas e médias cooperativas de produção que se uniam (SINGER, 2002).

- Divisão das sobras entre os membros: princípio que independia da quantidade de produção ou compra do cooperado;
- Vendas à vista: princípio que garantia proteção contra a inadimplência dos membros;
- Produtos puros: princípio que garantia a saúde de seus membros;
- Educação cooperativa: princípio que buscava reduzir o egoísmo e os vícios dos homens;
- Neutralidade em questões religiosas e políticas: princípio preocupado em evitar divergência entre os membros.

De acordo com Singer (2002), esses princípios decorreram da cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale³, em 1844, considerada a “mãe de todas as cooperativas” (p. 39). Fundada em Rochdale - Inglaterra, considerado um importante centro da indústria têxtil.

De acordo com Singer, nas cooperativas, cada cooperado,

[...] têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. *Ninguém manda em ninguém*. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos (SINGER, 2002, p. 09 e 10).

Acerca da repartição dos ganhos nas cooperativas, Singer (2002, p. 12) argumenta que, os cooperados não recebiam salários, mas retiradas que variavam conforme a receita obtida. E sobre as retiradas, os membros decidiam em assembleias se seriam iguais ou diferenciadas. Assim, o princípio da democracia nas cooperativas se dava pela participação de todos nas decisões, isto é, cada membro igual a um voto.

De acordo com Singer (2002), os princípios presentes nas cooperativas do século XVIII serviram de base para a Economia Solidária. Entre os princípios estão: autogestão, repartição dos ganhos, democracia e porta aberta. A partir do autor tem-se esclarecimento sobre liberdade, que expressa livre entrada e saída de membros.

³ Esta cooperativa teve seu início pela união de 28 operários com diferentes ofícios que por metade já tinham passado pela formação owenista, buscavam a criação de uma colônia autossuficiente e do apoio a outras colônias com o mesmo objetivo. Segundo Singer (2002), a criação dessa cooperativa pode ter sido motivada pela derrota de uma greve de tecelões.

Com base nos princípios universais: liberdade, democracia e igualdade, os princípios específicos das cooperativas são definidos: autogestão = democracia; repartição de ganhos = igualdade; porta aberta = liberdade.

1.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS EXPRESSÕES NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, Lisboa (2004) observa que, as origens da solidariedade inerente a ES foram distintas daquelas que teve origem na Europa, o que justifica diferentes expressões: Economia Popular – EP, Economia Popular Solidária – EPS e SocioEconomia Solidária - ESS.

O conceito de ES de Iaskio (2006) apreende um conjunto heterogêneo de experiências que constroem outras economias. Para Iaskio (2006), a ES resulta de uma organização social com objetivo de gerar trabalho e renda pelos trabalhadores, também proprietários do capital, estando pautada na associação livre e voluntária, assim como em princípios de autogestão e de solidariedade. Lisboa (2004) afirma que, a ES bebeu das experiências da Economia Social na Europa, mas que essa desenvolveu-se na AL com o apoio da igreja e grupos libertários, sendo relevante para a população mais pobre. Essa população não foi representada pelo “trabalhismo clássico”. De acordo com Lisboa (2004), o movimento sindical não contribuiu para o desenvolvimento da ES na AL, diferentemente do que ocorreu na Europa. Para além, as atividades ligadas a ES na AL

[...] não surgem fundamentalmente do esgotamento do *welfare state*, pois aqui este sempre teve um papel residual, como tampouco em nossas terras ocorreu o esvaziamento tão forte como na Europa das formas econômicas tradicionais fundadas na reciprocidade (LISBOA, 2004, p. 17).

Para Lisboa (2004, p. 10), o esgotamento do *welfare state* nos países de “primeiro mundo” foi consequência da crise do capitalismo, desvelando “o processo de desmercantilização da força de trabalho”.

A tragédia da sociedade sem emprego também é uma oportunidade para reatualizar as possibilidades de emancipação humana, ao permitir o surgimento de produtores cuja finalidade não seja a satisfação das necessidades do capital, mas as necessidades integrais das pessoas. Apresenta-se, portanto, um potencial para emergir uma economia alternativa, composta de sujeitos autônomos, orientada mais pelo valor de uso que pelo valor de troca (LISBOA, 2004, p. 11).

Os pobres, para Lisboa (2004), possuem papel essencial para se pensar novas formas de organização do trabalho, pois apresentam “redes de solidariedade informais [que] oferecem alguma proteção fora do mercado” (p. 13). Singer (2001) por vez argumenta que, é a solidariedade dos pobres que os movem à organização em coletivos. Lisboa (2004, p. 14) afirma que: a solidariedade, enquanto conceito, não aparece nos manuais de economia, entretanto, as relações de solidariedade mantidas nas comunidades são muito fortes na “economia dos pobres”, superando a falta de acesso ao crédito, os poucos recursos e a baixa produtividade.

Para Singer (2001), os “seguros faltantes” para os pobres são cobertos por princípios de solidariedades, pois esses se ajudam de forma mútua, pensando que: se “hoje tenho condições de dar, é provável que amanhã vou precisar que alguém me dê” (p. 104-105). Desse modo, o princípio da solidariedade entre os pobres não possui uma lógica calculista, pois na maioria das vezes, esse princípio é motivado por alguma avaliação realista. A solidariedade organiza os “fatores humanos”, valorizados por laços sociais de reciprocidade, assim como, pela adoção da propriedade coletiva (LISBOA, 2004, p. 21).

Entre os pobres, para Singer (2002, p. 105): “a cultura da solidariedade se desenvolve ‘naturalmente’”. Os pobres são categorizados como tal por terem sido deixados à margem das empresas que produzem a parte principal da riqueza social. Isto posto, os pobres não possuem a propriedade dos meios do capital, bem como não fazem parte da classe trabalhadora, isto é, são aqueles que “sobrevivem [...] do exercício de trabalhos que não exigem quase capital ou qualificação profissional” (SINGER, 2001, p. 105).

As atividades de sobrevivência dos mais pobres reinventam relações comunitárias, abrindo espaço para a solidariedade (inclusive internacional). Na medida em que são práticas que provêm a existência não regidas apenas pelos imperativos da eficiência material mas também pela esfera dos valores, elas permitem recuperar o sentido substantivo da reprodução econômica, ou seja, reintegrar a atividade econômica ao conjunto da vida social, ensejando uma nova sociabilidade (LISBOA, 2004, p. 14).

Neste sentido, “atividades de sobrevivência” evidenciam, a partir da solidariedade, aspectos referentes ao conceito de ES. Para Lisboa (2004, p. 17), a ES pode ser categorizada como “uma outra economia não capitalista e não defronte de um subsetor da mesma”; a ES se pauta numa “nova forma social de produção”, que vai no sentido oposto a forma de produção assalariada, tal como argumenta Polanyi (2016), sobre o desencastamento, ou ainda, sobre as relações sociais que

orientaram a economia de mercado. Para Lisboa (2004), a ES representa uma forma social de organizar a produção que ainda não chegou a superar a forma social da produção assalariada. Portanto, essa economia pode acarretar num “novo desenvolvimento de base material” (p. 18), e conseqüentemente, num novo modo de produção, porém não hegemônico.

Não se pode absolutizar nenhum princípio que rege o social. Tanto uma total estatização, quanto uma absoluta mercantilização, ou mesmo uma comunitarização plena, seria prejudicial à vida social. Assim como o mercado não pode prescindir de algum grau de confiança mútua, também na ação solidária sempre se encontra presente algum grau de interesse, bem como a ação estatal se burocratiza e se torna ineficiente se não estiver permeada por um elemento complementar (LISBOA, 2004, p. 19).

Cabe ressaltar que, Lisboa (2004) apresenta princípios específicos da ES na AL no sentido de romper com a epistemologia da ES europeia. Para o autor, os princípios são: autogestão e entranhamento comunal; territorialidade e sustentabilidade; redes e parcerias; e inserção no mercado.

A autogestão é um princípio que orienta para que todos em um grupo tomam as decisões, de maneira a gerar inclusão. O entranhamento comunal é um princípio que decorre de relações humanas construídas de forma comunitária ou familiar.

Territorialidade e sustentabilidade são princípios que se voltam ao consumo do produto produzidos onde as pessoas vivem, diminuindo a degradação ambiental, o que acaba reafirmando as identidades culturais, por propiciar também a autonomia dos atores do local.

Redes e parcerias são princípios que resultam da articulação entre forças locais e regionais, intercâmbios mercantis e não mercantis e de recursos nacionais e internacionais, constituindo redes sociais apoiadas na ES.

Inserção no Mercado é um princípio que reconhece o mercado enquanto uma construção humana, contudo, a organização social procura preservar relações internas democráticas e igualitárias.

Para Lisboa (2004), as experiências da ES não devem ser avaliadas apenas por sua dimensão econômica, por também acionarem dimensões sociais e políticas. Nesse sentido, a ES exige um conceito de economia que abarque diferentes modos de vida. Para tal, Lisboa (2004) define as organizações socioprodutivas latino-americanas de: “Socioeconomia Solidária”.

A SES explicita a relação de subordinação da economia para com o social e não o contrário, como a que ocorre nas sociedades industriais, sob domínio da economia de mercado, como aponta Polanyi (2016). A SES assim poderia ser um instrumento para a melhoria da vida humana (LISBOA, 2004). Trata-se de outra economia que se integra com a sociedade, a partir de racionalidades substantivas.

A SES busca romper com o trabalho alienado, fomentando a organização social pela promoção de uma cultura cooperativa, baseada na autogestão, conseqüentemente, constituindo novos sujeitos, livres e com autonomia.

[...] a SES compreende que o trabalho não é a única via de humanização. Assim nos libertamos da prisão maniqueísta entre os que proclamam o fim do trabalho e sobre-enfatizam o discurso do tempo livre; e os que reafirmam a centralidade do trabalho na vida social (LISBOA, 2004, p. 25).

A SES trata da produção para o consumo, mas também, de “uma forma de produzir a vida, de produzir a si mesmo, [que] é produtora de subjetividades livres” (LISBOA, 2004, p. 27). Para além desta, cabe caracterizar outras economias identificadas na AL, arguidas pelo autor: a Economia Popular e a Economia Popular Solidária.

A EP se caracteriza pelo trabalho artesanal; pelo trabalho por conta própria; pelo trabalho familiar ou em micro empreendimentos, representando uma dinâmica híbrida não “distanciada” do mercado. Esta economia une a produção mercantil à produção doméstica, podendo nela ser identificada “a presença de relações de assalariamento” (LISBOA, 2004, p. 15).

[...] as pessoas na economia popular estão mais vinculadas ao Trabalho do que ao Capital. Existem na economia popular embriões do que pode ser uma economia solidária, pois nas práticas dos setores populares encontramos uma racionalidade econômica fundada no trabalho e na cooperação. Mas há que se distinguir. (LISBOA, 2004, p. 15).

Para o autor, existem atividades populares que possuem uma dinâmica mutualista, ou ainda, experimentos solidários ou comunitários na AL que poderiam se enquadrar como EPS. Em geral, a EPS é decorrente de laços culturais, relações de vizinhança e de parentesco, com poucos traços de assalariamento “e que dependem da contínua realização do seu próprio fundo de trabalho para sua reprodução” (LISBOA, 2004, p. 15). Na AL, a EPS é caracterizada por atividades,

[...] muitas vezes realizadas por grupos de mulheres, não motivadas pela idéia de maximização do lucro (o que não significa que este não esteja presente, renominado), não totalmente sujeitas ao mercado (mas interagem com o mesmo, reformatando-o) e a controles burocráticos, por meio das quais as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas de forma auto sustentável (sem depender das redes de filantropia), (LISBOA, 2004, p.15 e 16).

A EPS se volta à garantia do sustento do coletivo, por meio do associativismo, sem a promoção de qualquer tipo de “mercantilização do trabalho”, expressando assim uma racionalidade de produção baseada nas relações sociais (LISBOA, 2004, p. 16). A EPS é uma expressão popular da ES, delimitada pela dimensão popular e coletiva.

Os conceitos de ES, EPS e SES são economias imbricadas no social e se enquadram como economias substantivas, como argumenta Polanyi (2014).

Para o autor, existem dois significados relacionados ao termo “econômico”, um como substantivo, o qual decorre do processo de interação homens e meio em que estão inseridos, e o outro, que assumiu quando relacionado à escassez e à troca, o formal, que faz referência a economia de mercado (POLANYI, 2014). Esse último conceito foi propagado assumindo uma dimensão global.

Acerca do significado substantivo, Polanyi (2014) afirma que, o meio, no qual os homens estão inseridos, que é tanto o natural como o social, possibilita, tanto a satisfação das necessidades da natureza humana, como para garantir a posição social. Polanyi (2014) ressalta que, a economia substantiva é assim designada por estar voltada à reprodução da vida, voltada ao sustento da comunidade (humana), o que permite que a economia seja plural: “economias”, dado que diferentes são as relações que se estabelecem entre homem e natureza – natureza humana, assim como entre homens - sociais. Para tanto, estudar a sobrevivência do homem é estudar a economia no sentido substantivo (POLANYI, 2014).

O significado formal do termo econômico, por sua vez, de acordo com o autor, está pautado na racionalidade meios-fins, referindo-se à produção destinada à troca pelo mercado, cuja racionalidade foi instaurada pela organização industrial de produção e que exigiu da sociedade sua subordinação à economia. A racionalidade para atender o princípio da troca, segundo Polanyi (2014), tem por pretensão o lucro.

Os diferentes princípios que orientam a produção e distribuição/consumo, e que promovem diferentes economias possibilitaram a elaboração de um quadro (Quadro 1), no qual se aponta os autores que fazem referências a essas.

QUADRO 1 – AUTORES REFERÊNCIA, ECONOMIAS E PRINCÍPIOS QUE AS FUNDAMENTAM.

Princípios	Economias	Autores
Troca	Mercado	Polanyi (2016)
Reciprocidade	Simetria	
Redistribuição	Centricidade	
Administração doméstica	<i>Autarquia</i>	
Cooperação Tomada de decisão Porta aberta/Liberdade Taxa de juros fixa Divisão das sobras Vendas à vista Produtos puros Educação cooperativa Neutralidade Solidariedade	Economia Solidária da Europa do século XVIII	Singer (2002)
Pobreza Associativismo Relações de parentesco	Economia Popular Solidária	Lisboa (2004)
Autogestão Entranhamento comunal Territorialidade e sustentabilidade Redes e parcerias Mercado	Economia Solidária da América Latina	
Autogestão Liberdade Autonomia	Socioeconomia Solidária	

Elaborado pelos autores (2023).

Esse quadro será utilizado para fazer a análise das relações mantidas entre o(a)s associado(a)s da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Vila Santa Maria em Paranaguá, Paraná.

2 ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL

No Brasil, segundo Pinhel (2013, p. 20), as associações e as cooperativas por mais que pareçam ser a mesma coisa cumprem finalidades distintas. No caso, as associações buscam “a promoção de assistência social, educacional, cultural, a representação política e a defesa de interesses de classe”. Ademais, as associações, segundo o artigo 54 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devem possuir estatuto que contenha informações concernentes:

- I - a denominação, os fins e a sede da associação;
- II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
- III - os direitos e deveres dos associados;
- IV - as fontes de recursos para sua manutenção;
- V – o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;
- VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.
- VII – a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

As cooperativas, por sua vez, de acordo com Silva (2017, p. 24), têm como objetivo “viabilizar o negócio produtivo de seus cooperados junto aos sistemas de comercialização”, isso em decorrência das legislações que estabelecem o modelo de negócios no Brasil. Com base no artigo 2º da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012:

Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

Sem diferenciar as finalidades institucionais dessas duas estruturas, Oliveira et al (2016) avalia que tanto as cooperativas como associações são organizações constituídas para populações mais pobres, em geral com o objetivo de gerar renda, assim como uma alternativa ao desemprego, a partir de dinâmicas solidárias e colaborativas. Para Britschgy (2018), as cooperativas e/ou associações, em sua maioria, surgem de maneira informal e, em seguida, buscam parcerias ou redes de apoio para a consolidação da entidade.

De acordo Oliveira *et al* (2016, p. 80), essas “iniciativas buscam se organizar sob o modelo de gestão distinto da tradicional heterogestão”, e que segundo Alves e

Meireles (2013, p. 163) são instrumentos para a “emancipação social, pois a maioria das associações” buscam fortalecer a solidariedade entre os associado, rompendo com o individualismo (p. 163).

Para Silva; Goes e Alvarez (2013), o trabalho em conjunto, realizado nos espaços das cooperativas e/ou associações, “possibilita uma troca de informações mais intensa e a formação de um ambiente mais propício para a mobilização dos atores no intuito de reivindicar direitos e acesso a serviços públicos” (p. 22).

Segundo Silva; Goes e Alvarez (2013), as cooperativas e/ou associações de catadores são estruturas que contribuem para fortalecer “o elo economicamente mais frágil na cadeia de valor da reciclagem” (p. 20). Estrutura que para Pitano e Noal (2020, p. 145), a atuação participativa apoia “para que cada pessoa obtenha o seu sustento, tornando-se capaz de regular a própria produção e a distribuição dos ganhos”.

Acerca dos princípios que regem os modos de fazer e de agir nas cooperativas e/ou associações de catadores de materiais recicláveis, Alves e Meireles (2013) afirmam que, esses têm um papel importante na emancipação social desses sujeitos, “pois a maioria das associações trabalha com a autogestão e o cooperativismo, buscando fortalecer a solidariedade entre eles” (p. 163).

Num estudo sobre uma cooperativa de catadores de materiais reciclados em Maringá/PR, Oliveira *et. al* (2016) ressaltam que, os membros não exercem cooperativismo e autogestão, assim como não se sentiam motivados ao cargo da presidência em decorrência do medo de “se responsabilizar por atividades que a maioria acredita não dominar adequadamente” (p. 93). Outro aspecto levantado pelos autores foi: a não compreensão do que são decisões coletivas, fazendo com que eles aceitassem gestões hierárquicas.

Shiogiri *et. al* (2018) ao investigar os princípios da ES em uma associação de reciclagem em Jaboticabal/SP concluiu que: o que se expressava na prática diária do(a)s associado(a)s era a não internalização dos princípios da ES e o não conhecimento dos princípios inerentes a uma associação. Para os autores, o(a)s associado(a)s estavam acostumado(a)s com outra forma de organização de trabalho, que não os princípios da: autogestão, cooperação e solidariedade. Além disso, também havia uma alta rotatividade de associado(a)s, o que era um “entrave

para que se construa uma cultura própria, na qual os conceitos estejam bem estruturados e interiorizados” (p. 09).

Braga e Maciel (2018), ao investigarem uma associação de catadores de materiais recicláveis em Fortaleza/CE, identificaram: a permanência por 10 anos na liderança da associação e a falta de envolvimento por parte dos membros nas tomadas de decisões como debilidades dos princípios de autogestão. Além disso, naquela associação, a “divisão dos lucros ocorria como pagamento de diárias, o que aponta para a falta de conhecimento sobre organizações solidárias (BRAGA; MACIEL, 2018, p. 565).

Acerca de oito associações de catadores de materiais recicláveis no Litoral do Paraná investigadas, Sena Abrahão e Alencastro (2011) chamam a atenção para a alta rotatividade dos membros em cargos que não os da direção, como também a baixa adesão de associados para compor a diretoria:

Em algumas das associações estudadas fica evidente a centralização das informações, o que reforça o desinteresse dos demais associados na participação. Também foi constatado um grau de rotatividade elevado de pessoas nas associações, bem como um número relativamente baixo de participantes efetivos em todos os processos relativos à vida organizacional (DE SENA ABRAHÃO; ALENCASTRO, 2011, p. 151).

De Sena Abrahão e Alencastro (2011) também mencionam a inapropriação do princípio da autogestão pelos membros das associações, especialmente na participação para soluções de problemas e, conseqüentemente, a influência direta dessa na capacidade de processamento e nos resultados das estruturas físicas.

No que se refere às estruturas físicas, De Pádua Bosi (2018, p. 94) afirma que, as cooperativas acompanham um desenho estrutural “comum”:

O que primeiro se vê numa cooperativa de catadores é um galpão, geralmente alto e amplo. Por um de seus lados (às vezes pelos fundos) são derramados os materiais recicláveis recolhidos por catadores em carrinhos ou caminhões. Próximos do material despejado se posicionam outros catadores que trabalham na separação, na limpeza e na classificação do material.

De acordo com Silva; Goes e Alvarez (2013), o trabalho num espaço comum, permitiria “viabilizar o investimento em infraestrutura e maquinários para melhorar as condições de trabalho, o que, individualmente, não seria possível” (p. 22). Ademais, de acordo com Benvindo (2010), o processo de triagem em espaços coletivos

proporcionam o “reconhecimento de si diante de um semelhante, de um outro, [...] que compartilha o mesmo espaço físico para o conjunto de atividades necessárias ao funcionamento do negócio” (p. 71). Nestes espaços, a atividade coletiva dos catadores em associações ou cooperativas representa, não só uma alternativa ao trabalho individual realizado nas ruas, mas também incentiva a criação de vínculos e de autorreconhecimento.

3 A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

3.1 ORGANIZAÇÃO DE CATADORES EM MOVIMENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

De acordo com Bortoli (2022), a organização coletiva de catadores de materiais recicláveis no Brasil foi incentivada pelo poder público, pela Igreja Católica e por outras organizações da sociedade civil nos anos 1980. Essa mobilização coletiva, de acordo com Rossi (2019), contribuiu para a formulação de políticas públicas, inclusive para criação de uma nova categoria de ocupação: catador de materiais recicláveis, bem como para o fortalecimento das organizações coletivas, como associações e cooperativas.

Entre os registros dos movimentos sociais com participação de catadores estão: o Fórum Nacional de Lixo e Cidadania, que ocorreu em 1998, sendo uma iniciativa que veio apoiar a organização dos catadores (SOUZA *et al.*, 2014); em 2000, a Associação Nacional de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis - ANCAT, que teve sua atuação voltada para a “capacitação de trabalhadores organizados em cooperativas e associações” e no fomento da ES nesses espaços (ANCAT, 2022); em 2001, o I Congresso Nacional de Catadores, em Brasília, quando houve a fundação Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR; em 2003, 2005 e 2008, o I, II e III Congresso Latino-americano de Catadores, respectivamente.

Segundo Scherer-Warren e Luchmann (2011 *apud.* SILVA, 2017), a constituição do MNCR apoiou no fortalecimento dos coletivos de catadores de material reciclável, e para os catadores, apoiou no auto-reconhecimento enquanto uma categoria de trabalhadores de material reciclável, em contraposição aos termos até então comumente denominados: catadores de lixo ou sucateiros.

O MNCR também, de acordo com Silva (2017), definiu princípios para a categoria:

[...] os princípios fundamentais definidos pelo movimento estão: incentivo à autogestão e organização dos catadores; independência de classe em relação aos partidos políticos, governos e empresários; luta pela gestão integrada dos resíduos sólidos, com participação ativa dos catadores; busca de tecnologias viáveis que garantam o controle da cadeia produtiva; apoio mútuo e solidariedade de classes em busca da garantia de acesso a direitos

fundamentais; e luta contra a privatização dos serviços públicos de saneamento básico, incluindo os de limpeza urbana (p. 19).

De acordo com Gonçalves (2003), durante o I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, em 2001, se reuniram mais de 1.600 catadores vindos de 17 estados brasileiros, quando esses,

[...] realizaram uma marcha em reivindicação legal da profissão, inclusão em programas de coleta seletiva, criação de financiamento para cooperativas ou associações adquirirem equipamentos próprios, e a criação de mecanismos tributários que incentivem a indústria nacional de reciclagem (p. 111).

Durante esse Congresso, segundo Gonçalves (2003), ocorreu a formulação da Carta de Brasília⁴, que elencava demandas ao Poder Executivo:

1.1. Garantia de que, por meio de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho;

[...]

1.3. Adoção de política de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc (MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, 2001).

Em 2003, quando da realização do I Congresso Latino-americano de Catadores, outra carta foi divulgada: a Carta de Caxias do Sul⁵, a qual, segundo Silva (2013), serviu para “estreitar o diálogo e unificar a pauta de reivindicações com catadores e organizações da América Latina, em especial no Mercosul” (p. 134). A Carta de Caxias do Sul explicita a organização em associações ou cooperativas como um dos seus compromissos:

1. Lutar em favor da organização de todos os Catadores e Catadoras em associações ou cooperativas, reforçando os Movimentos dos Catadores

⁴ A Carta de Brasília foi formulada em junho de 2001, durante o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e está disponível no site do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis: <https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia> (MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, 2001).

⁵ A Carta de Caxias do Sul foi formulada em janeiro de 2003 por catadores do Brasil, do Uruguai e da Argentina, durante o I Congresso Latino-americano de Catadores e está disponível no site do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis: <https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia> (MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, 2003).

existentes, superando a fome e a exclusão por meio de iniciativas que gerem trabalho e renda (GONÇALVES, 2003, p. 126).

Silva (2013) também elenca o II Congresso Latino-Americano de Catadores de Materiais Recicláveis. Para o fortalecimento do cooperativismo: “quando o movimento assumiu algumas orientações direcionadas ao fortalecimento de associações e cooperativas, assim como às políticas públicas e normas relacionadas aos catadores” (SILVA, 2013, p. 134); e ao III Congresso Latino-americano de Catadores de Material Reciclável, quando em “classe” os catadores estimularam “o compromisso das organizações participantes para a mobilização mundial do reconhecimento da profissão de catador” (SILVA, 2013, p. 134).

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À ORGANIZAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

3.2.1 Políticas públicas em âmbito nacional

As políticas públicas direcionadas aos catadores de materiais recicláveis no Brasil foram marcadas pela atuação de catadores em movimentos sociais desde o final do século XX, quando demandaram o reconhecimento da atividade por parte do Estado. Decorrente das reivindicações, os catadores, vulgarmente chamados de catadores de “lixo” passaram a ser denominados de catadores de materiais recicláveis, igualmente passaram a ter acesso à direitos básicos previstos as demais categorias de trabalhadores brasileiros (SOUZA *et al.*, 2014).

A primeira grande conquista, por meio de políticas públicas para a essa categoria de trabalhadores, a ser considerada pode ser o reconhecimento da Ocupação de “catador de material reciclável” na Classificação Brasileira de Ocupações, em 2002 haja vista uma identidade no mundo do trabalho; e a segunda, compreende-se que tenha sido a criação do Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, em 11 de setembro de 2003, o qual foi modificado e renomeado como Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis - CIISC pelo Decreto 7.405 em 2010 (BRASIL, 2010).

O Comitê criado em 2002 não foi uma política pública, mas como uma instância que acabou apoiando os empreendimentos solidários, organizados

principalmente em cooperativas e associações, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes, criada em 2003.

O CIISC de 2010 também incorporou muitos outros atores institucionais, dado que foi formado por um “representante, titular e suplente” de cada um dos ministérios para além da representação da Casa Civil, da Secretaria e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República: Ministério da Educação; Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das Cidades; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Turismo; Ministério da Fazenda; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério da Previdência Social; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério de Minas e Energia (BRASIL, 2010). De acordo com o Decreto 7.405/2010, o CIISC deveria fomentar o Programa Pró-Catador no sentido de,

- I - apoiar ações de inclusão social e econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- II - articular as políticas setoriais e acompanhar a implementação de ações voltadas à população de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- [...]
- IV - receber, processar, acompanhar e monitorar as informações encaminhadas semestralmente pelas Comissões da Coleta Seletiva Solidária sobre o processo de separação dos resíduos recicláveis e reutilizáveis descartados, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, conforme determina o § 3º do art. 5º do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- V - auxiliar a União na elaboração das metas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, de acordo com o inciso V do art. 15 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;
- [...]
- VII - propor campanhas educativas e encontros nacionais para promover a cultura de inclusão dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações e políticas públicas relativas à gestão de resíduos sólidos (BRASIL, 2010)

De maneira indireta, outra política pública fizeram menção aos catadores de materiais recicláveis, como o Decreto Federal nº 5.940/2006, ao regulamentar à separação e destinação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública para as associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis (BRASIL, 2006).

A também alguns programas e projetos foram direcionados aos catadores de materiais recicláveis, como: o Projeto Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis - CATAFORTE, de 2009 do Governo Federal.

Segundo o Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Emprego e Cidadania - CEADDEC (2016), durante a primeira etapa desse Projeto, buscou-se estimular a organização dos catadores com base nos princípios da ES, juntamente com ações de capacitação para criação de redes de comercialização, de assistência técnica e de qualificação profissional, visando a criação de associações e/ou cooperativas. Esse Projeto, na primeira etapa, contemplou mais de 10 mil catadores em 19 estados e o Distrito Federal. No ano seguinte, na sua segunda etapa, o Projeto teve como objetivo fortalecer a estruturação logística em redes de cooperação de empreendimentos de catadores para inserção competitiva na coleta seletiva e nos processos de logística reversa, com capacitações, encontros estaduais e a aquisição de caminhões (CEADDEC, 2016). Na terceira etapa, somente em 2013, os objetivos foram: fortalecer as 33 redes de empreendimentos solidários de catadores e estruturar tecnicamente estas redes, possibilitando à inserção dos empreendimentos no mercado da reciclagem e fortalecendo à autogestão, à qualificação, à comercialização em rede e à contratação desses empreendimentos para prestação de serviços. De acordo com o CEADDEC (2016), a terceira etapa do Projeto foi coordenada por,

[...] um Comitê Estratégico composto pela Secretaria-Geral da Presidência da República, Fundação Banco do Brasil (FBB), Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Petrobras e Banco do Brasil (BB) (CEADDEC, 2016).

Para Rocha *et al.* (2020), por meio das ações desse Projeto foi possível observar nas redes de empreendimentos solidários de catadores beneficiadas uma melhoria nos “sinais indicadores de eficiência social, econômica e de ordem logística em seus cenários internos”. De acordo com o Metello e Sant’ana (2016), a terceira etapa o Projeto apoiou:

[...] um total de 1.017 empreendimentos econômicos solidários constituídos por catadores de materiais recicláveis em 526 municípios brasileiros. Entre

os empreendimentos apoiados estão 40 redes de cooperação, 191 grupos informais, 739 cooperativas e 828 associações (p. 31-32).

Tendo em vista a atuação de catadores sobre materiais recicláveis, a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, Lei nº 12.350/2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010, também faz referência a essa categoria de trabalhadores.

A PNRS (BRASIL, 2010) considera responsabilidade de seus gestores à gestão integrada dos resíduos sólidos, a qual deve considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social. Nela os catadores e associações desses são mencionados com diferentes papéis. De acordo com o Artigo 3º, os catadores de materiais recicláveis atuam no

[...] conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de **coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos** e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, Art. 3º, X, 2010). (negrito feito pelo autor)

Já no Artigo 7º da PNRS (BRASIL, 2010) esses são mencionados “nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos”. No Artigo 33, § 3º, alínea III, se busca promover uma relação entre produtores de resíduos e os catadores de materiais recicláveis, dado que os produtores devem “atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Entre os produtores estão os comerciantes e fabricantes de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, lâmpadas e produtos eletrodomésticos:

São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes (BRASIL, Art. 33, 2010).

Os catadores também são mencionados no Artigo 15, quando, que diz respeito a “metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”.

No que tange às associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis no Brasil, a PNRS, em seu Artigo. 8º, inciso IV faz menção ao incentivo à criação e ao desenvolvimento dessas, e no Artigo 42, inciso III menciona sobre

quem poderia beneficiar-se da “implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” (BRASIL, 2010).

As cooperativas e outras formas de associação de catadores também são mencionadas no Artigo 35, § 1 da PNRS (BRASIL, 2010):

[...] o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

A PNRS (BRASIL, 2010), indica no Artigo 44 que, as cooperativas ou outras formas de associação de materiais reutilizáveis e recicláveis formados por pessoas físicas sejam incluídas no processo de gerenciamento, assim podem contribuir para a inclusão socioeconômica (BRASIL, 2021).

Segundo Silva, Goes e Alvarez (2013), ao instituir e promover o envolvimento dos catadores de materiais recicláveis, por meio de cooperativas na coleta seletiva, a PNRS promove uma “nova perspectiva” para atuação dos catadores nos municípios:

Isso porque, até então, as parcerias firmadas entre poder público e catadores são comumente dependentes de uma série de fatores políticos e econômicos, tais como a orientação político-partidária e a ponderação do custo de coleta tradicional versus custo de coleta seletiva, apurados exclusivamente pelo motivo contábil, sem a avaliação dos benefícios ambientais e da inclusão social (p. 37).

Para Rocha *et al.* (2020), a PNRS veio para contribuir com a organização coletiva dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, incentivando à formação de associações e cooperativas de catadores, reconhecendo a prioridade desses na organização da coleta seletiva e fechamento dos lixões.

Segundo Basen *et al.* (2014), a PNRS apoiou na organização dos catadores de materiais recicláveis em cooperativas, por ser o “formato legal que atende melhor à contratação de serviço pelas prefeituras municipais”, possibilitando a “ampliação da quantidade de postos de trabalho de catadores de materiais recicláveis” (p. 272).

Após a criação da PNRS, o Governo Federal lançou o Programa Pró-Catador pelo Decreto nº 7.405 no mesmo ano, cuja finalidade era:

[...] integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento (BRASIL, 2010).

O Programa tinha como objetivo, conforme o artigo 2º, “promover e integrar [...] ações voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010). Dentre estas ações estavam:

- I - capacitação, formação e assessoria técnica;
- II - incubação de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuem na reciclagem;
- III - pesquisas e estudos para subsidiar ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- IV - aquisição de equipamentos, máquinas e veículos voltados para a coleta seletiva, reutilização, beneficiamento, tratamento e reciclagem pelas cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- V - implantação e adaptação de infraestrutura física de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- VI - organização e apoio a redes de comercialização e cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- VII - fortalecimento da participação do catador de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem;
- VIII - desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à agregação de valor ao trabalho de coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- IX - abertura e manutenção de linhas de crédito especiais para apoiar projetos voltados à institucionalização e fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (BRASIL, 2010).

De acordo com Rocha *et al.* (2020), esse Programa contribuiu para as intervenções que já estavam em andamento e viabilizou mais ações, as quais foram direcionadas para três grupos distintos, entendendo diferentes realidades de catadores: os que trabalhavam nos lixões, os que estavam inseridos em associações e cooperativas recém-criadas, e os que se encontravam participando de associações, cooperativas e redes de cooperação estruturadas.

Acerca dos resultados qualitativos do Programa, Rocha *et al.* (2020, p. 9) ressaltam que:

[...] a contribuição para a organização de catadores/as com a constituição e fortalecimento de cooperativas e redes de cooperação orientadas para a autogestão, sendo parte desses empreendimentos constituída com catadores/as que atuavam em lixões e nas ruas; os processos de negociação com governos municipais para contratação das cooperativas para serviços de coleta seletiva prevista na PNRS, de modo que em alguns

municípios houve a ampliação da capacidade de coleta dos materiais recicláveis através da estruturação de sistema de coleta seletiva e logística em áreas comerciais, industriais e residenciais; e nos casos em que os catadores conquistaram a contratação e remuneração nos serviços de coleta seletiva houve melhora na remuneração com aumento da produção na triagem e destinação do material coletado.

Não restam dúvidas que as políticas e programas públicos da esfera Federal no Brasil exercem poder e demandam alterações também nas legislações municipais sobre a atuação e organização dos catadores de materiais recicláveis.

3.2.2 Políticas Públicas em Âmbito Local

Em Paranaguá, a PNRS acabou por promover o Plano Municipal de Saneamento Básico de Paranaguá – PMSB em 2011, editado e publicado em dois volumes. No volume I encontra-se uma proposta para implantação de um sistema de coleta seletiva em comunhão com as associações de catadores de materiais reciclagem já instituídas em Paranaguá até aquela data, sendo elas: a Associação de Catadores de Valadares e a ASSEPAR (PARANAGUÁ, 2011, p. 115).

No volume II, por sua vez, menciona-se a criação e estruturação de novas cooperativas e/ou associações, para além de equipamentos necessários à manutenção e capacitação para a coleta seletiva:

Criação e estruturação de novas cooperativas e associações de catadores a fim de organizar a coleta e remunerar os coletores.

[...]

Equipar as unidades de triagem existentes com máquinas (prensas, trituradores), veículos e EPIs para os trabalhadores, manter estes equipamentos e realizar capacitação dos catadores para realização adequada da coleta seletiva (2011, p. 263-264).

Em 2021, o PMSB de Paranaguá foi reformulado (PARANAGUÁ, 2021), argumentando sobre a necessidade de um “planejamento das ações de saneamento para 20 anos, de uma definição dos princípios e diretrizes da lei, e da universalização do serviços para melhoria da qualidade de vida. Neste documento, a meta é: “ter 100% das associações/cooperativas de catadores de materiais recicláveis com contrato formalizado com a Prefeitura para a triagem dos materiais” (PARANAGUÁ, 2021, p. 23). Três são os projetos direcionados aos catadores de materiais recicláveis dentro do Programa de Melhorias Estruturais na Gestão de

Resíduos Sólidos na Área Urbana: Projeto 2 - Estabelecimento de relação formal entre Associações de Catadores e Prefeitura; Projeto 4 - Fortalecimento do associativismo e cooperativismo na cadeia de recicláveis; e Projeto 5 – Estruturação das unidades de triagem de materiais recicláveis (PARANAGUÁ, 2021).

Políticas públicas locais que resultam na atuação da ASSEPAR e da Cooperativa Nova Esperança na coleta e triagem de materiais recicláveis em Paranaguá.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa social, que se valeu de levantamentos bibliográficos e documentais para compreensão da realidade. Segundo Minayo (2009), numa pesquisa social, “não é apenas o investigador que tem a capacidade de dar sentido ao seu trabalho intelectual” (p. 13), trata-se de uma construção em conjunto com os participantes da pesquisa. Nesta pesquisa, contou-se com a participação de catadores de materiais recicláveis membros da ASSEPAR, buscando compreender o coletivo, dado que esses “são capazes de explicitar as intenções de seus atos e projetam e planejam seu futuro, dentro de um nível de racionalidade sempre presente nas ações humanas” (MINAYO, 2009, p. 13). A realidade social é uma expressão “do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela” (p. 14).

A participação dos catadores de materiais recicláveis membros da ASSEPAR ocorreu por meio de entrevistas abertas, as quais permitiram categorizar a pesquisa como de abordagem qualitativa.

Para Minayo (2009, p. 21), uma pesquisa qualitativa compreende,

[...] o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Segundo Minayo (2009, p. 26), uma pesquisa qualitativa é planejada em três etapas: A etapa (1) refere-se a fase inicial quando o projeto de pesquisa é formulado. Durante essa etapa, nesta pesquisa, foi definido o objeto de pesquisa, além da construção da fundamentação teórica e metodológica, em conjunto com a operacionalização da pesquisa e desenvolvimento do cronograma. Na etapa (2), nesta pesquisa, foi posto em prática a fundamentação teórica que foi desenvolvida na etapa (1) e combinou com instrumentos de observação, entrevistas e interlocução do pesquisador com os participantes. A etapa (3), que se refere ao “conjunto de procedimentos” para a interpretação e análise dos dados coletados a fim de

“articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto”, foi o que permitiu a elaboração dos resultados que aqui se apresenta e as considerações finais.

Uma pesquisa qualitativa, de acordo com a autora, pressupõe um conjunto de procedimentos para interpretação e análise dos dados coletados, a fim de “articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto” (p. 27). Para a 3ª etapa, a autora recomenda a: “ordenação dos dados”; a “classificação dos dados”; e “análise propriamente dita” (MINAYO, 2009, p. 27). Logo,

[A] análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador (MINAYO, 2009, p. 27).

Segundo Minayo (2014), o investigador que opta por utilizar a abordagem do tipo qualitativa não pode esquecer que o foco da investigação não é uma “somatória de depoimentos” (p. 192). Para a autora,

Isso significa que a práxis compreensiva pode até utilizar critérios numéricos (número de entrevistas), mas não necessariamente será este o definidor de relevâncias, muitas vezes esclarecidas pela fala de apenas um ou de poucos interlocutores. Nesses casos, a unidade de significação não é composta pela soma das respostas de cada indivíduo para formar uma relevância estatística. E, sim, ela se constrói por significados que conformam uma lógica própria do grupo ou, mesmo, suas múltiplas lógicas (MINAYO, 2014, p. 192).

Esta pesquisa se classifica também como “estudo de caso” por “preservar o caráter unitário do objeto estudado, descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação” (GIL, 2008, p. 54).

Para Yin (2005), uma investigação empírica acerca de um fenômeno “contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” é um estudo de caso (p. 32).

Para o levantamento bibliográfico foi utilizada a plataforma Portal de Periódicos da CAPES, onde foram utilizados o operador *booleano AND* entre as palavras. Entre parênteses registra-se o número de publicações localizadas com as palavras e operadores utilizados: catadores de materiais recicláveis AND cooperativas (154); catadores de materiais recicláveis AND associações (162);

catadores de materiais recicláveis AND associações AND princípios econômicos (3); catadores de materiais recicláveis AND cooperativa AND princípios econômicos (5) e catadores de materiais recicláveis AND organização (122).

Sobre os resultados foram realizadas buscas avançadas: publicações nacionais revisadas por pares a partir de 2010, ano de promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos até 2023. Destaca-se ainda a utilização de livros de autores clássicos sobre Economia Solidária, Socioeconomia e outros que pudessem contribuir para a compreensão de outras economias.

4.1.1 Coleta dos Dados

Foram utilizados como procedimentos metodológicos: a observação não-participante e a técnica de entrevista aberta ou em profundidade.

Para Marconi e Lakatos (2005, p. 190), a observação é uma técnica para a obtenção de informações que favorece na captação de “aspectos da realidade”.

A observação não-participante, de acordo com Marconi e Lakatos (2005, p. 193), consiste no pesquisador tomar “contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora”. Neste caso, o pesquisador age como espectador, não se envolvendo pelas situações.

A entrevista é uma ferramenta utilizada “na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (MARCONI & LAKATOS, 2005, p. 195). Uma entrevista do tipo aberta ou em profundidade é utilizada para que o entrevistado fale livremente sobre determinado tema e o entrevistador realize perguntas durante a reflexão sobre o tema inicial, buscando aprofundar as reflexões (MINAYO, 2014).

À medida que a relação se estabelece entre o entrevistador e seu interlocutor, o mais importante é criar um ambiente reflexivo que combine atitude diretiva para informações gerais, escuta atenta mas não passiva para aprofundamento de temas relevantes e exploração das lógicas contraditórias por meio de perguntas que possam enriquecer as narrativas (MINAYO, 2014, p. 159).

Não houve a aplicação de pré-teste antes da realização das entrevistas, pois segundo Minayo (2014), o pré-teste é utilizado em pesquisas que utilizam questionário como técnicas de coleta de dados ou de entrevistas do tipo semi-estruturadas. Os temas da entrevista permitiram a subdivisão em tópicos: dados dos

associados; Ingresso na Associação; Organização e gestão na Associação; Relação entre os Associados; Pontos positivos e negativos de estar na Associação; Importância da Associação.

4.1.2 Participantes

Os participantes da pesquisa foram os associados da ASSEPAR e teve como critério de participação a disponibilidade de cada um, numa metodologia “bola de neve”. Nesse sentido, o ponto de saturação se deu na medida em que o(a) associado(a) indicava outro(a) associado(a) de categoria ou sexo igual. No caso do(a)s associado(a)s da direção, se este indicasse alguém da direção, alcançava-se assim o ponto de saturação. Participaram das entrevistas um homem e cinco mulheres, sendo duas da diretoria. Os dados dos participantes, atributos dos participantes, servem para apoiar a análise, mas não são informações para serem analisadas fora do contexto. Buscando evitar a identificação do(a)s entrevistado(a)s, se adota entrevistado como termo genérico no discurso, e para expor os participantes, esses são designados de A de Associado, seguido do número de ordem em que ocorreram as entrevistas, também foi utilizado o “x” nas transcrições das falas quando se referirem a outros.

QUADRO 2 - DADOS DOS PARTICIPANTES REFERENTES AO SEXO, IDADE, ESCOLARIDADE, LOCAL DE ORIGEM, TEMPO NA ASSOCIAÇÃO E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO ANTERIORES

Sexo	Idade	Escolaridade	Local de origem	Tempo na Associação	Experiências anteriores
F	65	Sem escolaridade	Paranaguá – PR	05 anos	Antigo lixão
F	52	Ensino fundamental incompleto	Curitiba – PR	12 anos	Antigo lixão
F	48	Ensino fundamental completo	Santa Terezinha de Itaipu - PR	15 anos	Antigo lixão/Dona de casa
F	39	Ensino fundamental incompleto	União da Vitória - PR	06 anos	Antigo lixão/catando material nas ruas
F	37	Ensino médio completo	Embu das Artes - SP	04 anos	Antigo lixão/CRAS

M	39	Sem escolaridade	Paranaguá – PR	10 anos	Antigo lixão
---	----	------------------	----------------	---------	--------------

Elaborado pelo autor (2023).

4.1.3 Observação não-participante

As observações foram realizadas na sede da ASSEPAR, situada na Vila Santa Maria, durante as entrevistas. Os dias em que foram realizadas as observações e, respectivamente, o que foi observado estão descritos a seguir:

- 28/02/2023, período da manhã, permanecendo na sede da ASSEPAR 2 horas.

Estavam com o pesquisador estudantes do curso de Gestão e Empreendedorismo da UFPR, os quais tinham como finalidade realizar uma entrevista com o(a) Presidente da Associação. Ao chegar no terreno da Associação, localizado na Avenida Senador Atilio Fontana, o barracão se encontrava fechado, mas o portão que dava acesso ao terreno estava aberto com um trator realizando a limpeza do terreno. Segunda o(a) Presidente o trator era da Prefeitura. Ao lado do portão do barracão, na cerca havia uma placa com o nome da Associação (IMAGEM 1). Após a chegada do(a) Presidente, o barracão foi aberto e ao entrar foi possível visualizar internamente dois montes de materiais recicláveis e um caminhão no centro. No canto direito, ao lado do portão do barracão havia uma mesa de escritório que foi ocupada pelo(a) Presidente. No canto esquerdo ao fundo do barracão havia duas prensas e uma balança, e no lado direito duas portas: uma que levava à cozinha e uma aos banheiros. Por ser sábado os membros não estavam trabalhando no local, os quais também não trabalhavam no domingo.

IMAGEM 1 - PLACA IDENTIFICANDO A ASSOCIAÇÃO.



FONTE: O autor (2023).

- 04/04/2023, período da manhã, permanecendo na sede da ASSEPAR 3 horas.

Foram entrevistados três associado(a)s. Ao chegar na Associação, (o)a Presidente estava esperando o pesquisador enquanto o(a)s associado(a)s estavam separando os materiais. Foi possível identificar que os associados, em sua maioria vestiam uma camiseta rosa com a logo da ASSEPAR e seu respectivo nome (IMAGEM 2). O(A) Presidente se disponibilizou a perguntar para alguns membros se gostariam de participar da entrevista, explicando que seria uma conversa com o pesquisador, mas as entrevistas foram realizadas por indicação do(a)s associado(a)s. Dois associados gritaram, por estarem mais afastados, o nome de associados que deveriam ser entrevistados. Durante o período que se permaneceu no local foi possível observar que o(a)s associado(a)s realizavam atividades em duplas ou trios. Naquela data foram realizadas três entrevistas.

IMAGEM 2 – SIGLA DA ASSOCIAÇÃO NO UNIFORME DE UMA ASSOCIADA



FONTE: O autor (2023).

- 02/05/2023, período da manhã, o pesquisador permaneceu na sede da ASSEPAR 3 horas.

Ao chegar no local havia dois(duas) associado(a)s tomando café em frente ao barracão. Na ocasião havia mais três associados cortando sacos que viriam a ser utilizados para armazenar os materiais separados. Ao perguntar sobre o(a) Presidente, um associado, que cortava os sacos falou que o(a) Presidente estava no escritório. Na sequência, o(a) Presidente pediu para que o pesquisador fosse rápido, pois haveria sobrecarga de trabalho naquele dia. Na sequência chegaram dois caminhões da Prefeitura descarregando materiais no centro do barracão, foi quando o(a)s associado(a)s se uniram para separar os materiais, e durante uma das entrevistas, o(a) associado(a) ficou olhando para fora do escritório, onde estava o caminhão, como se quisesse parar a entrevista. Foram realizadas três entrevistas.

4.1.4 Análise dos dados

A análise se deu pelo conteúdo do discurso dos entrevistados, considerando os princípios que mobilizam diferentes economias. O Estatuto da ASSEPAR também foi analisado em conjunto com as entrevistas.

A técnica de análise de conteúdo, para Triviños (1987), se dá em três fases: a pré-análise; a descrição analítica; e interpretação inferencial.

- A pré-análise trata da organização dos materiais a serem utilizados na pesquisa. Nesta fase da pesquisa ocorreu o que Bardin (1977 *apud* 1987, p. 161) nomeia de “leitura flutuante”, isto é, por meio das primeiras leituras acerca da temática, abrindo a possibilidade do pesquisador formular os objetivos da pesquisa, as hipóteses “e determinar o *corpus* da investigação” (TRIVIÑOS, 1987, p. 161).
- Na descrição analítica, para Triviños (1987, p. 161), procedimentos como a classificação e a categorização são prioridades para a análise. Nessa fase foram levantadas as categorias teóricas referentes a outras economias
- A interpretação inferencial se pauta na reflexão e intuição relacionados com os materiais empíricos (TRIVIÑOS, 1987) esses obtidos pelas entrevistas, observação e Estatuto da ASSEPAR.

Por meio da revisão teórica foi construído o seguinte quadro com os autores e as categorias a serem observadas na ASSEPAR (QUADRO 1).

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL ONDE A ASSEPAR ESTÁ SITUADA

Paranaguá, onde a pesquisa foi realizada, é um município constituído por uma população que em 2021 estava estimada em 157.378 pessoas, e que de acordo com o Censo de 2010 era de 140.469, sendo 71.163 mulheres, dessas 48.213 em idade entre 15 e 64 anos (IBGE, 2023). Segundo os indicadores desmembrados do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, a escolaridade da população adulta do Município, correspondia a 0,59, sendo tida como baixa⁶, e a

⁶ O IDH utiliza cinco faixas de desenvolvimento humano para realizar suas análises dos dados obtidos nos estados e municípios brasileiros. São eles: IDH entre 0,000 e 0,499: muito baixo; entre 0,500 e 0,599: baixo; entre 0,600 e 0,699: médio; entre 0,700 e 0,799: alto; IDH superior a 0,800 a 1000: muito alto (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2023).

renda per capita R\$ 765,85 (IPEA, 2010). Tais dados contribuem para compreender o meio onde vivem o(a)s associado(a)s da ASSEPAR.

Segundo De Sena Abrahão (2011), a atividade preponderante da economia de Paranaguá, desde meados de 1950, é a portuária, a qual assumiu “um papel crucial na redefinição da ocupação urbana” (p. 127), provocando a transposição do porto do centro para uma região em que se encontra. De Sena Abrahão (2011) afirma que, as áreas ocupadas por migrantes eram “caracterizadas por terrenos menos valorizados, mais distantes do núcleo urbano central e destituídas de infraestrutura” (p. 127).

O bairro Vila Santa Maria foi uma das ocupações que teve adensamento populacional por consequência da desvalorização territorial decorrente da proximidade do “antigo lixão do Imbocuí” (IMAGEM 3). Em 2011, a população residente no Bairro estava “ligada à economia do lixo, obtendo renda a partir do processo de catação, separação e venda de resíduos urbanos” (PARANAGUÁ, 2011, p. 133). Sendo neste Bairro que se localiza a ASSEPAR.

IMAGEM 3 - MAPA DA VILA SANTA MARIA E LOCALIZAÇÃO DA ASSEPAR



Fonte: Google Earth (2023).

Em Paranaguá, o fechamento do “lixão” foi previsto em 2011 com a criação de um aterro. De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico:

Um dos principais problemas de Paranaguá é o lixão do Embocuí que ainda recebe os resíduos de Paranaguá, situado em área imprópria, conta com catadores em trabalho desumano e inúmeros problemas relatados na etapa do diagnóstico dos serviços de saneamento. Assim, deve-se realizar o encerramento do lixão do Embocuí com prazo imediato, após implantação de aterro sanitário que está em fase de licenciamento (PARANAGUÁ, 2011, p. 236).

Não foram encontradas informações acerca do fechamento do lixão, entretanto, esse não está mais em funcionamento, e o local que recebe os materiais reciclados pelos caminhões da Prefeitura e de algumas empresas é a ASSEPAR.

4.3 ASSEPAR

A ASSEPAR, formada em 2006, foi a primeira associação de catadores de materiais recicláveis em Paranaguá. Hoje o Município conta também com mais uma organização, a Cooperativa Nova Esperança (PARANAGUÁ, 2011).

De acordo com as informações obtidas nas entrevistas, a ASSEPAR teve seu início com um grupo de catadores de materiais recicláveis que, sabendo do possível fechamento do lixão do Embocuí, resolveu construir a associação como uma alternativa ao lixão.

O estatuto, denominado de “Estatuto Social da Associação Catadores de Materiais Recicláveis da Vila Santa Maria” foi registrado no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos de Paranaguá sob o nº 5.666, em 12 de dezembro de 2008. A presidência da ASSEPAR ocupa o cargo há 10 anos.

De acordo com Bordinhão (2008), mesmo com a Associação na Vila Santa Maria e a proibição na entrada do Lixão desde janeiro de 2008, catadores de materiais recicláveis ainda dependiam de materiais do lixão para viver.

Somente no final de 2012, por meio da Lei Municipal nº 3.306, de 6 de dezembro, o terreno utilizado pela ASSEPAR, próximo ao lixão do Embocuí na Vila Santa Maria, foi concedido oficialmente para uso desta (PARANAGUÁ, 2012). Nela, a ASSEPAR faz a triagem e a venda de materiais recicláveis (WRONISKI, 2007).

4.3.1 Organização da ASSEPAR

A ASSEPAR em 4 de abril de 2023 estava sendo composta por 20 associado(a)s, sendo quatro homens e 16 mulheres. A diretoria estava sendo

composta exclusivamente por mulheres. Na observação não-participante foi possível identificar que para a separação dos materiais, os homens trabalhavam na prensa de materiais, pois, de acordo uma das entrevistas, a prensa é considerada um trabalho “pesado” e “mais perigoso”. As mulheres, em geral, fazer a triagem ensacam os materiais.

5 RESULTADOS

A Economia Solidária, de Paul Singer (2002); Economia Popular, Economia Popular Solidária, Economia Solidária e Socioeconomia Solidária de Armando Lisboa (2004); e Economias Substantivas de Karl Polanyi (2016) são caracterizadas por princípios econômicos, os quais são analisadas no contexto da ASSEPAR.

Nesta seção se discute os princípios econômicos e as economias acionadas na Associação, por meio da análise das entrevistas com o(a)s associado(a)s e os escritos no Estatuto Social da ASSEPAR. O Quadro 1 destaca os principais princípios e economias mencionados na bibliografia relacionadas ao tema, assim serviram de base para a análise dos princípios acionados pelo(a)s associado(a)s.

5.1 PRINCÍPIOS E ECONOMIAS A PARTIR DO DISCURSO DO(A)S ASSOCIADO(A)S

5.1.1 PORTA ABERTA/LIBERDADE

O princípio Porta aberta (SINGER, 2002), que faz referência à adesão de toda e qualquer pessoa que queira fazer parte do coletivo, aparece no relato do(a) A4, onde afirma que foi trabalhar na ASSEPAR em decorrência do fechamento do lixão: “eu não tinha *daonde* conseguir serviço pela minha idade, aí eu vim aqui, minha irmã já trabalhava aqui dentro, daí conseguiram me por aqui” (A4). Nesse caso, evidencia-se que a entrada desse(a) associado(a) se deu pela vontade dele(a) de fazer parte da ASSEPAR.

Além disso, no Artigo 4º do Estatuto Social, basta um cadastro daqueles que “desejam cumprir as obrigações” para participar:

A Associação é constituída por número ilimitado de associados, sendo pessoas residentes e domiciliados no País, com capacidade civil plena, sendo catadores de material reciclável.

[...]

São considerados associados da entidade todo trabalhador que se cadastrar junto à mesma e cumprir com as obrigações estatutárias e regimento interno e negociar seu produto ou material por intermédio da associação.

[...]

Não serão admitidos como associados, donos de depósitos, firmas intermediárias ou atravessadores (Art. 4º, ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA SANTA MARIA, 2008).

Questionado sobre o ingresso na Associação, o(a) associado(a) A1 relatou que, esse decorreu do convite dos membros:

Eles me chamaram, me convidaram pra fazer parte da Associação, daí eu vim, aí comecei aqui (A1).

Antes de participar da Associação, o entrevistado A1 trabalhava no lixão, mas contou sua história sobre a criação da ASSEPAR, apesar de ter entrado somente um ano após a criação informal da ASSEPAR em 2006:

[...] depois de algum tempo começou uma burocracia de que tinha que fechar, que tinha que ter um aterro sanitário, esse tipo de coisa e que o pessoal tinha que sair de lá, aí um grupo se formou um grupo e montaram a Associação ASSEPAR. Aí né, eu entrei, vim, fiz parte no, logo depois que abriu, acho que um ano depois eu vim, trabalhei um pouco, mas saí de volta por causa das crianças, aí me afastei de novo, voltei a trabalhar no lixão aí com o tempo, quando fechou definitivamente lá, eu vim pra cá, aí comecei aqui dentro da Associação e depois não saí mais (A1).

Por meio da fala do(a) Associado(a) 1, acerca do grupo que se formou e criou a ASSEPAR, a criação dessa foi decorrente da solidariedade entre os pobres, tal como enunciada por Singer (2001), que diz que a solidariedade entre os pobres age de maneira a substituir os seguros faltantes.

O ingresso de novos membros, princípio Porta Aberta, como caracterizado na ES de Singer (2002) necessita aval em assembleia (Estatuto), o que difere da ASSEPAR, cujo ingresso depende mais de laços de comunitários e de parentesco do que aprovação em assembleias.

5.1.2 ENTRANHAMENTO COMUNAL

A criação da Associação também vai de encontro do que Lisboa (2004) apresenta sobre o Entranhamento comunal que caracteriza a Economia Solidária da

América Latina. Ademais, um dos objetivos do Estatuto Social da ASSEPAR faz menção a integração dos pobres ou excluídos do mercado de trabalho:

XIV. Promover a integração de segmentos excluídos do mercado de trabalho com segmentos produtivos através de empreendimentos solidários (Art. 2º, ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA SANTA MARIA, 2008).

Outro objetivo do Estatuto da ASSEPAR que apresenta relação com o princípio Entranhamento Comunal é o IX, o qual busca defender os interesses da comunidade e XI, que busca incentivar a organização comunitária:

IX. Representar e defender os interesses da comunidade, da entidade e de seus associados;

[...]

XI. Formar e acompanhar núcleos de geração de trabalho e renda, incentivando a organização comunitária (Art. 2º, ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA SANTA MARIA, 2008).

O princípio Entranhamento comunal também aparece nas ações do(a)s associado(a)s, em especial, para que se tornassem associado(a)s.

O(A) Associado(a) 2 foi convidado para participar da Associação devido a situação de trabalho em que se encontrava:

A Associação, eu sempre ouvia falar bem da Associação, eu até porque então nunca pensei em entrar aqui. Aí foram perguntar se eu queria, tavam vendo a situação que eu tava, né? Catando na rua, indo todo dia, com chuva, com sol, tava lá, tem que tá, né? [...]. Daí viram minha situação, daí convidaram, perguntou se eu queria vim, né, daí eu aceitei, daí graças a Deus tô aqui (A2).

A fala do(a) Associado(a) evidencia a vulnerabilidade na trajetória dos catadores de materiais recicláveis que não se encontram organizados em cooperativas e/ou associações. O convite para participar da Associação representou uma porta aberta para que tivessem acesso a equipamentos e outros benefícios de uma organização coletiva. De acordo com o(a) Associado(a) 2, antes de receber o convite sua “situação não tava muito boa, de ir pra rua, e ir atrás do material tava muito difícil [pausa] na rua é muita humilhação, é muita humilhação que a gente passa na rua”.

O(a) Associado(a) 3 ingressou na Associação após o fechamento do lixão, por meio de um pedido de oportunidade para ingressar, porque conhecia um(a) associado(a):

Assim, a gente trabalhava no lixão, daí a Associação foi montada, abriu, aí ficou um pouco pessoal trabalhando no lixão, um pouco na Associação. Aí o lixão fechou, né? Aí cada um foi procurar uma coisa pra fazer, aí vim aqui, já conhecia as meninas que trabalhava aqui e pedi uma oportunidade de trabalho, aí elas me deram a oportunidade. Eu já conhecia elas da época do lixão já (A3).

Para entrar na Associação, o(a) Associado(a) 6 teve uma experiência distinta do(a) 3 porque não tinha interesse em ingressar na Associação, apesar de ter uma irmã que já estava associada:

[...] tinha essa associação, mas era bem pouquinha gente, mas eu nunca me interessei em entrar, porque eu trabalhava no lixão, né? Daí nunca me interessei, daí acabou e eu sofri pra entrar, sabe? Pelejei pra entrar aqui, mas eu consegui (A6).

Ao ser questionado(a) por que “sofreu”, A6 responde:

[...] era sofrido, porque eles não pegavam assim, vem falar hoje com você, amanhã você tá empregado. Eles sempre vinham com umas conversa e nossa [pausa], eu tinha até que ir no Meio Ambiente (Secretaria Municipal de Meio Ambiente), fui no Meio Ambiente, ali ainda tinha uma professora, hoje acho que ela não tá mais no Meio Ambiente, ela vinha aqui no lixão até perguntar “por que você não entra ali?”, eu falei “não é só chegar e entrar, ali não é fácil”. Daí minha irmã como já tava aqui, ela deu um jeito de conseguirem colocar eu, sabe? Pra mim sair dali [do lixão]. (A6).

Mesmo fazendo parte da Associação há mais de 10 anos, o(a) Associado(a) 6 utiliza o termo “empregado”, o que evidencia sua incompreensão da lógica da ES, tampouco de que esse tipo de organização é coletivo, caracterizado pela participação de pessoas que desenvolvem a mesma ocupação, e que as decisões deveriam ser, conforme previsto no Estatuto, coletivas, sem a existência de um patrão que contrata empregados.

Ao ser questionado(a) sobre seu ingresso na Associação, o(a) Associado(a) 5 relatou que: “Ah, pra entrar aqui é bem difícil, né! Daí o lixão acabou, daí tentei aqui com a minha comadre, daí consegui aqui com ela”. Este relato converge com o do(a)s entrevistado(a)s A2 e A3. Destacando, que: o que possibilitou a entrada deles na Associação foi o vínculo familiar, de parentesco ou de conhecidos com

membro(a)s associado(a)s, para além anteriormente estar trabalhando no lixão, o qual foi fechado, provocando a união em um coletivo.

O ingresso do(a) Associado(a) 4 na ASSPEAR não foi diferente:

Bom, eu vim trabalhar aqui, porque fechou o lixão, né? Daí fechou lá, eu não tinha *daonde* conseguir serviço pela minha idade, aí eu vim aqui, minha irmã já trabalhava aqui dentro, daí conseguiram me por aqui e agora eu tô ficando aqui (A4).

De acordo com o(a) Associado(a) 1, o ingresso de novos membros na Associação apresenta um componente de mercado, por conta dos preços pagos pelos materiais recicláveis, o que pode diminuir a renda daqueles que já pertencem a associação, perdendo assim a essência da porta aberta e entranhamento comunal:

[...] a nossa ideia é crescer mais ainda, a gente já tem uma boa estrutura, mas é melhorar nossa estrutura e tentar agregar mais pessoas, porque a gente sabe que tem bastante gente que precisa, só que com essa queda de valores não tem como a gente colocar mais pessoas pra trabalhar, porque caiu demais o valor do material, até pra gente diminuiu a renda (A1).

Ao que parece, o ingresso dos entrevistados na ASSEPAR, apresenta relação com o princípio de criação de um empreendimento de Economia Popular Solidária, pela relação desses com a pobreza.

5.1.3 POBREZA

Para Lisboa (2004), a pobreza origina a Economia Popular Solidária, pois é por meio dessa que se pensa e se estabelecem novas formas de organização do trabalho. Para o autor, os pobres apresentam “redes de solidariedade informais [que] oferecem alguma proteção fora do mercado” (p. 13).

No caso a ASSEPAR, se origina com o papel de integrar excluídos do segmento produtivo, visando integrar pobres que estavam em situação de vulnerabilidade. Conforme o Estatuto Social:

XIV. Promover a integração de segmentos excluídos do mercado de trabalho com segmentos produtivos através de empreendimentos solidários (Art. 2º, ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA SANTA MARIA, 2008).

Além do que está disposto no Estatuto, de acordo com o(a) Associado(a) 3, com o fechamento do lixão, onde o(a)s associado(a)s catavam os materiais recicláveis, a situação em que se encontravam os fez procurar alternativas:

[...] a gente trabalhava no lixão, daí a Associação foi montada, abriu, aí ficou um pouco pessoal trabalhando no lixão, um pouco na Associação. Aí o lixão fechou, né? Aí cada um foi procurar uma coisa pra fazer (A3).

Para Singer (2002), os pobres são categorizados como tal por terem sido deixados à margem do mercado de trabalho e das empresas que produzem a parte principal da riqueza social. Isto é, os pobres não possuem a propriedade dos meios do capital, bem como não fazem parte da classe trabalhadora, sobrevivendo de trabalhos que não exigem qualificação profissional.

Portanto, pode-se dizer que: a pobreza, que age para a origem da EPS, também aparece na base dos associados da ASSEPAR.

5.1.4 DIVISÃO DOS GANHOS

O princípio divisão das sobras ou divisão dos ganhos, discutida na ES de Singer (2002), tem como base a experiência do cooperativismo na Europa. Na prática, esse princípio encontra-se vinculado a quantidade produzida pelos cooperados, sendo que uma parte deve servir para o reinvestimento na cooperativa e a outra parte para ser distribuída aos cooperados. Contudo, as retiradas deveriam ser iguais entre o(a)s cooperado(a)s.

No Artigo 5º do Estatuto da ASSEPAR, esse princípio é parcialmente contemplado:

Pagar contribuições sociais correspondentes a 5% (cinco) por cento do valor total recebido, que será utilizado para o pagamento das despesas mensais da Associação e para fundo de reserva (Art. 5º, ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA SANTA MARIA, 2008).

Segundo o(a) Associado(a) 6, essa contribuição destina-se as compras de materiais para a triagem:

[...] quando a gente quer levar alguma coisa daqui, é tudo vendido pra gente, só, que nem elxs explicaram, tudo que nós associados levamos daqui que é vendido, é pra nós mesmo, entende? É pra arrumar um

caminhão, o dinheiro que elx tira de cada objeto nosso que a gente compra, “não, você leva, vou descontar 50,00”. Esse dinheiro vai pro café da manhã, pro diesel do caminhão, pra fazer férias, então não tiro a razão delxs, se é uma coisa pra nós, não tem por que não (ASSOCIADO 6).

A partir do(a) Associado(a) 6 é possível identificar o princípio da divisão das sobras, na medida em que, o dinheiro “descontado” do(a)s associado(a)s vai para as despesas da Associação.

De acordo com o(a) Associado(a) 1, o recebimento de parte da venda dos materiais recicláveis é destinta ao coletivo, sendo esse um aprendizado:

[...] foi meio difícil, porque até a gente se organizar pra receber num determinado tempo, porque no lixão era toda semana, vendia já pra ter o seu dinheirinho, daí até se organizar certinho foi meio complicado, mas aí com o tempo, consegui me ajeitar (A1).

A do(a) Associado(a) 1, identifica-se que, a organização da Associação apresenta uma organização que centraliza a venda do produto do trabalho dos associados, para só então realizar a redistribuição.

5.1.5 REDISTRIBUIÇÃO

A redistribuição de acordo com Polanyi (2016), age a partir de uma figura centralizante, a qual cabe remanejar o produto do trabalho coletivo. No caso da ASSEPAR, a diretoria faz a gestão dos ganhos, distribuindo parte para a manutenção dos equipamentos e outra para o(a)s associado(a)s.

Na ASSEPAR, a redistribuição dos ganhos é feita quinzenalmente, e a falta ao trabalho justifica descontos na retirada:

A gente recebe a cada quinze dias, se a gente falta, perde o dia (A3).

A gente perde. Tipo, se não tem. A gente trabalha com horas, a gente faz horas pra não perde, se não tiver hora pra gente jogar, a gente perde. (A2).

A gente trabalha quinzenal. São de segunda à sexta, não contamos o sábado nem o domingo, então são três semanas. No caso, são quinze dias, aí a gente faz a contabilidade de quanto foi os quinze dias trabalhados pra fazer o pagamento (A1).

O termo “pagamento” parece negar o princípio da autogestão das economias baseadas em princípios de solidariedade. A tomada de decisão acerca das faltas e

do pagamento realizado pela diretoria, soam a falta do princípio da autogestão na ASSEPAR.

5.1.6 AUTOGESTÃO

O princípio da autogestão, discutido por Singer (2002) e Lisboa (2004), refere-se à gestão compartilhada, a qual se dá por meio de decisões tomadas em assembleias, das quais participam todos os membros da cooperativa e/ou associação. A autogestão em uma associação relaciona problemas da Associação e com problemas do(a)s associado(a)s e diretoria.

Na ASSEPAR, como exposto pelo(a) Associado(a) 1, a tomada de decisão com a participação do(a)s associado(a)s depende do assunto a ser tratado. O espaço de tomada de decisão coletiva, de acordo com o Estatuto da ASSEPAR, é designado de assembleia, contudo no discurso do(a)s Associado(a)s entrevistado(a)s designa-se reunião.

No dia a dia, ao que parece as decisões na ASSEPAR, acabam sendo tomadas pela diretoria e repassadas para o(a)s associado(a)s. Conforme exposto pelos seis associado(a)s entrevistado(a)s:

Vou ser bem sincerx, conforme o assunto a gente faz assembleia com todxs, mas também não resolve, porque ninguém fica quieto. [...] Mas assim, pra sair um associado a gente faz assembleia, se por algum motivo o associado não tá trabalhando legal, ele vai ser dispensado, então aí a gente se reúne, pra acolher um associado a gente se reúne. Então depende muito da questão, da reunião, o motivo da reunião dependendo do motivo, a gente reúne o grupo inteiro (A1).

A diretoria passa lá fora pra gente ver, conversar, pra entrar num acordo, se o que eles conversaram a gente topa ou não topa. [...] Tem, sempre tem, vira e mexe, el[x]s fazem uma reunião ali pra gente discutir isso daí. Aí a gente fica ali, discutindo, falando, tentando melhorar alguma coisa, né? (A2).

Não, é feito uma reunião, aí el[x]s (diretoria) comunica a gente, daí a gente levanta a mão pro alto e decide (A3).

[...] tudo o que el[x]s falam pra gente, a gente faz. Tem reunião, tem direto reunião aqui (A4)

É só [integrantes da diretoria] daqui que manda, né? Da diretoria (A5).

Não, el[x]s [referindo-se à diretoria] que decidem, aqui dentro [referindo-se à sala em que estava sendo entrevistado(a)] (A6).

Os discursos do(a) Associado(a) 2 e 4 parecem estar em contradição com o(a)s Associado(a)s 5 e 6 no que se refere a comunicação da diretoria para com os demais associado(a)s, mas também há consenso, dado que em ambos os discursos se evidencia que as tomadas de decisão são realizadas pela diretoria e não por todo(a)s associado(a)s. O(A) Associado(a) 2 argumenta que: em um primeiro momento as decisões são tomadas pela diretoria e depois, repassam para o(a)s associado(a)s que não fazem parte da diretoria para ver o que acham sobre o que foi decidido.

A tomada de algumas decisões serem exclusivamente pela diretoria, está prevista no Estatuto da ASSEPAR. A diretoria da ASSEPAR é composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro, Vice-Tesoureiro, Secretário e Vice-Secretário, aos quais compete:

- I. Promover, gerir, coordenar e executar as finalidades;
- II. Aplicar as penalidades disciplinares e trabalhistas aos funcionários
- III. Elaborar e executar o Plano de Atividades e a Previsão orçamentária para o ano seguinte; (Art. 19, ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA SANTA MARIA, 2008).

De acordo com o Estatuto, a Assembleia Geral não é chamada apenas para decidir e votar em casos de expulsão de algum(a) associado(a). Segundo o Artigo 11º também caba na Assembleia Geral:

- I. Eleger, empossar e destituir os integrantes da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- II. Deliberar sobre a dissolução da Associação;
- III. Decidir sobre as alterações do Estatuto;
- IV. Decidir e aprovar sobre a instituição a as alterações do Regimento Geral;
- V. Aprovar a prestação anual de contas;
- VI. Decidir sobre a inclusão ou exclusão de Associados;
- VII. Decidir sobre a conveniência para alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais imóveis;
- VIII. Aprovar o Plano de Atividades e a Previsão Orçamentária para o ano seguinte;
- IX. Outras julgadas necessárias para o atendimento dos objetivos da Associação (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA SANTA MARIA, 2008)

Além da definição das atribuições acerca da Diretoria no Estatuto, o princípio da Autogestão aparece nos objetivos da Associação:

- XV. Promover a capacitação, intercâmbio profissional, formação para o associativismo, gestão, autogestão e prática solidária (Art. 2º, ESTATUTO

DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA SANTA MARIA, 2008).

Ademais, o princípio da Autogestão, de acordo com Singer (2002), é uma garantia ao debate dos problemas da Associação por todo(a)s associado(a)s. Segundo o(a) Associado(a) 1, todos associados tentam resolver os problemas do coletivo:

E o que ta mantendo a gente em pé mesmo, acho que tá sendo a união do grupo, porque que nem eu falei, a gente pode discutir, uma coisa ou outra, algum desentendimento na questão de opinião, mas no mais a gente tá bem unido, porque se [...] desanimar, vai acabar desanimando todxs e a gente vai acabar fechando as portas e é o que a gente não quer, a gente quer se manter aqui dentro. Se não tiver o material, a gente vai atrás, porque na realidade não tem como parar [...]. A gente vive mesmo daqui (A1).

Ao relatar que na falta de materiais recicláveis que chegam pelas empresas privadas e pela Prefeitura, todos vão buscar os materiais em outros lugares com o caminhão da ASSEPAR, o(a) Associado(a) 1 evidencia o princípio da Autogestão, pois todos participam da resolução dos problemas apresentados pela Associação.

5.1.7 DEMOCRACIA

O princípio da democracia nas cooperativas se expressa pela participação de todos nas decisões, isto é, cada membro igual a um voto.

A participação democrática, a partir da fala do(a) Associado(a) 1, ocorre na ASSEPAR em decorrência das assembleias, mas essas são convocadas apenas em casos pontuais: dispensa ou acolhimento de associado(a). Como foi exposto pelo(a) Associado(a) 1, na maioria dos casos, a diretoria decide, pois essa tem o poder de decisão garantido pela representação.

No Estatuto da Associação, o princípio da democracia, é um direito do(a) associado(a):

Participar das reuniões dos órgãos de direção e fiscalização da entidade, com direito à palavra e das Assembléias Gerais, com direito a voz e a votar e ser votado (Art. 5º, ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA SANTA MARIA, 2008).

De acordo com o Estatuto Social, a diretoria eleita a cada dois anos em assembleia:

O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA SANTA MARIA, 2008).

Além do princípio da democracia, que garante o voto e a voz de cada associado(a), as relações entre o(a)s associado(a)s ocorrem o tempo todo, definindo princípios de reciprocidade.

5.1.8 RECIPROCIDADE POSITIVA

As relações entre o(a)s associado(a)s na ASSEPAR, por ocorrem cotidianamente, o(a)s Associado(a)s 1, 2, 3, 4 e 6, as consideram com familiares. De acordo com Polanyi (2016), o princípio que orienta relações familiares de maneira que a sociedade persista é o de reciprocidade do tipo positiva, dado que o seu fim é a posição social:

Hoje a gente é uma família. A gente já fala que é a Família ASSEPAR, é igual a “Grande Família”: briga, mas tá ali unida. Tem os atritos entre a gente, uma coisa de opinião e tal, mas a gente já tá bem acostumado um com o outro, já é uma família mesmo, porque nossa convivência maior é aqui dentro mesmo. Das oito às cinco, a convivência com a família é só na parte da noite mesmo, então a gente se tornou uma família, graças a Deus (A1).

Eu tenho uma relação boa com todos, não tenho queixa de ninguém, [...], mas não tenho queixa de nenhum deles. [...] Pela convivência de muito tempo, né. Vira família, a gente vira uma família. Conversa, briga, como todo. [pausa], discute, alguma coisinha, mas depois fica de boa de novo (A2).

A gente tem uma relação amigável, a gente fala que nós somos uma família, a família ASSEPAR, uma relação assim, amigável (A3).

É tudo calmo aqui, é tudo calmo, um entende o outro, não tem nada de confusão, nada de briga. [...] Entre, bem dizer, que quase entre família, porque ninguém discute, ninguém fala de ninguém (A4).

[...] A gente, às vezes, aqui, a gente briga, se xinga, aquela coisa, mas a gente tá sempre em família. A gente, é uma coisa que a gente discute hoje, amanhã ou depois a gente já tá conversando, porque aqui não pode ninguém ficar de mal um com o outro. Tem que ficar tudo de bem, a gente brinca, a gente ri. Passa o dia assim (A6).

Para Polanyi (2016), a reciprocidade atua ao lado de outros princípios como o da troca, onde as decisões atendem a interesses individuais, mas o autor insiste que: a reciprocidade é uma outra economia, pois preocupa-se com a reprodução dos valores sociais.

De acordo com o(a) Associado(a) 5, a ASSEPAR é um ambiente de amigos:

Amigo tem bastante. Aqui é bom de trabalhar, aqui. [...]. Aqui é bom que a gente dá risada, essas coisas. Dá risada. É um espaço livre (A5).

Segundo o(a) Associado(a) 5, as relações entre os membros da Associação são de amizade, reconhecendo que nesta relação os vínculos não obrigatórios.

5.1.9 NEUTRALIDADE

Outro princípio que foi identificado nas falas do(a)s associado(a)s foi o da Neutralidade, o qual busca garantir uma boa convivência entre todos, para tal se evita discussões acerca da religião ou política (SINGER, 2002).

As relações sociais na Associação como similares ao de uma família ou de amizade, assim atribuídas pelo(a)s associado(a)s, parecem orientadas pelo Estatuto Social da Associação:

Zelar pela união, integridade e vitalidade da Instituição (Art. 6º, ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA SANTA MARIA, 2008).

Segundo o(a) Associado(a) 4, não há discussões nem brigas entre o(a)s associado(a)s, o que reflete uma “boa” relação entre todos:

É tudo calmo aqui, é tudo calmo, um entende o outro, não tem nada de confusão, nada de briga. [...] Entre, bem dizer, que quase entre família, porque ninguém discute, ninguém fala de ninguém (A4)

A união apregoada no Estatuto Social, e a prática das relações em harmonia entre o(a)s associado(a)s pode também estar relacionadas ao princípio da solidariedade.

5.1.10 SOLIDARIEDADE

A solidariedade, enquanto princípio da ES na Europa, levantado por Singer (2002), e também da Economia Popular na América Latina, levantado por Lisboa (2004), teoricamente se caracteriza pelos seus efeitos em relação à redução da pobreza, tal como aparece na fala do(a) Associado(a) 1, que explica que nem todos associado(a)s moram no bairro, o que faz com que não consigam se alimentar antes de sair de casa, para tal, organizam um horário de pausa para um café da manhã para todos. Assim, esperam com essa ação superar a falta de crédito, os poucos recursos e a baixa produtividade.

[...] *paramo* nove e meia, nove horas pro café, *tomamo* café de meia *horinha* ali, porque algumas não moram aqui na Vila, né? Aí tem tempo que tomar o café (A1).

A solidariedade, a qual apoiou a criação os fundos de pensão de trabalhadores na Europa, também está presente nos argumentos do(a) Associado(a) 1, que faz referência à cobertura de apoio a saúde e a morte entre o(a)s associado(a)s:

A não ser questão hospitalar, se a pessoa tiver internada, a gente paga sim o dia da pessoa, porque realmente é uma situação muito grave. Então se a pessoa tá lá internada no hospital a gente paga normal. Questão de falecimento, sendo parente de primeiro grau, a gente paga dois dias também, normal (A1).

De acordo com o(a) Associado(a) 1, o(a)s associado(a)s têm horário de trabalho e executam as mesmas tarefas. Sobre os afazeres o(a) Associado(a) 4 também discorre:

A gente chega às oito horas, né? A gente começa a trabalhar às oito da manhã até às cinco da tarde, *paramo* nove e meia [...]. Aí à tarde é da uma às cinco - horário nosso - a chega aqui no período da manhã, daí a gente se divide, cada uma vai pra um lado, mas praticamente todo mundo faz a mesma coisa: trabalha na prensa, faz a triagem do material, faz separação, tudo [...] é todo mundo é igual (A1).

Aqui é assim, cada vez que chega o caminhão pra descarregar, a gente vai lá, se *ajunta* tudo e depois separa e daí vai pra prensa. [...] eu fico na prensa, fico na reciclagem, fico em todo lugar, onde elas mandarem eu ir.. todo mundo faz a mesma coisa, todo mundo (A 4).

Chama a atenção nos argumentos do(a) Associado(a) 1 que se referem aos outros como sendo todos iguais, para além de todos executarem todas as etapas do

processo produtivo, o que converge com a ES de Singer (xxxx), que tem como princípio universal a igualdade. Apesar dos homens exercerem as atividades mais “pesadas”, todos realizam as mesmas atividades, não existindo assim uma divisão de tarefas.

5.1.11 COOPERAÇÃO

A divisão do trabalho na Associação se dá pela força física, como argumenta o(a) Associado(a) 1, que esclarece que, os homens acabam ficando mais nas prensas por exigir força:

[...] na prensa, por ser um trabalho meio que *complicadinho*, meio pesado, né! Mas assim, as mulheres também passam pela prensa, faz fardo, [...], todo mundo passa pela prensa, não tem uma divisão exata de serviço. Se tiver que ir no caminhão pra coletar em alguma empresa, vai mulher, vai homem, não tem uma certa divisão *certinha* (A1).

Segundo o(a)s Associado(a)s A2, A3 e A6, a divisão de trabalho se dá por grupos de três pessoas para atender as diferentes etapas da seleção:

Todo mundo trabalha com a mesma coisa. Se tem que ir pra prensa, vai pra prensa, se tem que ir pra cá, tem que ir pra lá, se tem que ir pra fora, vai pra fora. É dividido em grupo. No caso hoje, *nóis* tá aqui dentro e tem um grupo lá fora e vai trocando assim (A2).

Minha função é um pouquinho em cada lugar, um dia a gente trabalha em um certo material, outro dia em outro, faz aquela divisão pra não ficar pesado só pra um grupo. Aí a gente divide os setores: materiais, prensa. Cada dia vai um grupo e um material. Vai girando sempre pra não ficar muito pesado pra um ou leve pra outro. A gente vai fazendo esse giro (A3).

Aqui, eu trabalho, tem vezes que tem uma equipe que trabalha no lado de lá e outras equipe que trabalha no lado de cá. Então todo dia tem três que vai pra lá, no outro dia tem mais três. E o que trabalha lá, vem pra cá, que é o material de firma e lá é o material de rua. Daí quando é outro material daí vai todos, porque é pesado (A6).

Os grupos, de acordo com o(a) Associado(a) 3, são definidos coletivamente com a diretoria, a qual anota as escalas dos integrantes de cada grupo nos diferentes dias:

A gente chega de manhã, aí na sala da diretoria, tem a marcação do caderno, aí faz um grupo de quatro vai pro material de rua, um grupo de oito vai pra catar material firma, quatro vão pra prensa, dois pro caminhão. Aí a gente decide com o pessoal da diretoria (A3).

Contudo, de acordo com o(a) Associado(a) 6, quando chega muito material todos se reúnem para ajudar na retirada dos caminhões: “Daí quando é outro material daí vai todos, porque é pesado”. Neste depoimento, observa-se que o princípio da solidariedade está presente. Segundo Singer (2001), os sujeitos agem de forma mútua, sem possuir uma lógica calculista: se todos ajudam a descarregar os materiais, não fica pesado para ninguém.

A organização das atividades na ASSEPAR, com base nas entrevistas do(a)s Associado(a)s é decidida coletivamente, atendendo o princípio da autogestão, da solidariedade, da democracia, entre outros, validando outras economias, em especial do tipo solidária, como descrita por Singer (2002). A rotina de trabalho, aliada a cooperação e a solidariedade, não necessita de um supervisor ou chefe que determine o momento de colaborar ou ajudar, para dar conta da produção, acarretando assim, na liberdade do(a)s associado(a)s.

5.1.12 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade também é um dos princípios da ES mencionados por Lisboa (2004). Este princípio age de maneira a impedir a degradação ambiental. No Estatuto da ASSEPAR, seus objetivos VII e VIII fazem menção as questões do meio ambiente e desenvolvimento sustentável:

VII. Conscientizar, sensibilizar, envolver e comprometer os associados e a comunidade em ações de defesa do meio ambiente, fomentando a coleta seletiva e promovendo a educação ambiental;

VIII. Colaborar, fomentar e organizar ações de desenvolvimento local sustentável (Art. 2º, ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA VILA SANTA MARIA, 2008).

De acordo com o(a) Associado(a) 1, o(a)s associado(a)s iam nas escolas do bairro, incentivados pela Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura - SEMMA para falar sobre reciclagem. Entretanto, essa atividade:

A gente participava muito das atuações da Secretaria do Meio Ambiente, Semana da água, Semana do meio ambiente, eu fazia parte do Projeto SEMMA na escola, escola no SEMMA, eu ia junto nas escolas, ia na Secretaria dar palestras pras crianças, (A1).

A sustentabilidade ambiental é um princípio que aparece tanto no Estatuto Social como em ações desenvolvidas pelo(a)s associado(a)s da ASSEPAR. Ressaltando que esse princípio é resultado de atuação em parceria.

5.1.13 PARCERIAS

As Parcerias, para Lisboa (2004), são resultados de relação com um mesmo propósito, no caso da ES na AL, constituem-se em redes sociais. É com este propósito, para além do ambiental que se estabelecem interações entre a ASSEPAR e empresas privadas e com a Prefeitura de Paranaguá. Acerca das parcerias, o Estatuto Social da Associação estabelece enquanto objetivo:

IV. Manter serviços e convênios com órgãos públicos e privados que exerçam atividades de interesse da comunidade, num sistema de mútua colaboração;

Relativo as parcerias, o(a) Associado(a) 1 afirma que:

A gente coleta em alguma empresas parceiras, mas tem as empresas particulares que trazem. Algumas empresas de Paranaguá, elas contrata a Paranaguá Ambiental - que faz transporte do material -, a CIETec⁷ também. Então eles trazem pra gente de algumas empresas, algumas a gente busca e a gente tem da parte da Prefeitura, três caminhões de coleta seletiva, três baú - que é o que faz a coleta do Municípios, das casas (A1).

Apesar das parcerias, o(a)s Associado(a)s 1 e 4 relataram sobre um “abandono” da ASSEPAR por parte do poder público municipal e das empresas, expressando assim um sentimento de necessidade de apoio de agentes externos:

A gente tá bem abandonado, sou bem sincerx em falar, a gente tá bem abandonado mesmo, até pela prefeitura. Tanto que algumas empresas *tão* deixando de doar o material. Já fui na Secretaria do Meio Ambiente, porque a gente sabe que tem que ter um fiscal, né? Pras empresas, porque as empresas por lei, trinta por cento do se resíduos é doado pra associação, mas muita empresa não tá cumprindo isso não (A1).

Nós precisava muito da ajuda da prefeitura, né? Porque você viu como que tá tudo descoberto, nós precisava nisso, mas a(o) Presidente(a) vai lá, conversa, conversa e eles não falam nada (A4).

⁷ Complexo Industrial Eco Tecnológico.

As Parcerias ou redes de apoio, tal como apresenta em Lisboa (2004) nos empreendimentos de ES na AL, são instrumentos de apoio, especialmente pela falta de políticas públicas ou fiscalização dessas, como apontam o(a)s associado(a)s da ASSEPAR.

5.1.14 AUTONOMIA

O princípio da autonomia, como exposto por Lisboa (2004) na Socioeconomia Solidária, atua no sentido de que cada indivíduo dispõe de capacidades individuais, as quais são acionadas para realizar a vida que deseja. Um princípio que não mencionado Estatuto, mas no aparece no discurso do(a) Associado(a) 6:

Eu construí bastante coisa, eu tenho minha casa, tenho minhas coisa, antes eu não tinha nada, porque quando eu entrei, quando eu vim pra cá, só vim com a roupa do corpo e hoje eu tenho tudo, com as graças de Deus [pausa] é, eu acho bom trabalhar aqui, eu gosto de trabalhar aqui, a gente pegou uns 10 dias de folga [...], eu já senti vontade de vim trabalhar de volta, não sei se é por causa da convivência do povo, porque em casa é só estresse, não tem pra onde ir, só fica em casa, aquela rotina de sempre, então eu gosto de ficar aqui trabalhando. Um acaba ajudando o outro. (A6).

A Associação foi para o(a) Associado(a) 6, o espaço social que permitiu a autonomia financeira, para além do sentimento de “gostar”, o que implica em estar em um lugar por livre vontade. Para o(a) Associado(a) 2, a Associação também é descrita como um espaço que possibilitou uma “vida melhor”:

Pra mim, é uma fonte de vida melhor, por causa que na minha situação, como andava antes, depois que eu entrei aqui, melhorou bastante [...], antes era bem mais difícil, depois que eu entrei aqui melhorou bastante. Então pra mim aqui, é tudo, melhorou bastante (A2).

O sustento das famílias dos associados tendo a Associação como meio também está nas falas do(a)s Associado(a)s 4, 3 e 1:

Ah, importante que a gente tá recebendo o material, tá tendo de onde tirar pra sustentar os filhos (A4).

Ah, na minha vida mudou bastante, não só na minha vida, como na da minha casa na dos meus filhos também, eles vieram do pouco, de ser uma profissão assim pesada e vergonhosa pra muitos, mas foi bem pra eles pra eles se tornarem grandes pessoas, grande homens, como estão virando hoje, não tiveram tudo fácil igual antigamente, mas pra mim, pra minha família eu acho super bacana, tive uma experiência muito boa (A3).

Ah, aqui já, que nem eu falei, virou minha casa, virou minha casa, é o meu ganha pão do dia-a-dia, foi através da associação que consegui criar meus

filhos [...]. Então, aqui foi o que me pôs de pé, que me fez crescer na vida, foi a Associação, eu não me vejo em outro lugar se não for aqui dentro da ASSEPAR, trabalhando (A1).

O trabalho coletivo entre iguais, por meio de uma associação, e com regras consubstanciadas em um Estatuto, tem permitido a autonomia dos indivíduos, tal como aponta Lisboa (2004) nas experiências de SES, as quais possibilitam romper com o trabalho alienado, igualmente fomentam uma organização de cultura cooperativa, conseqüentemente, constituindo sujeitos com responsabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado teve como objetivos: levantar princípios econômicos que apoiam à promoção da subsistência de coletivos humanos; identificar os princípios de solidariedade e como esses se relacionam com os princípios mobilizados na ASSEPAR; elencar princípios econômicos substantivos acionados na ASSEPAR e não mencionados na literatura.

A partir de referências bibliográficas foi possível dar conta do primeiro objetivo específico, que foi levantar diferentes economias ou “outras economias” para além da economia de mercado, as quais estão baseadas em princípios outros, substantivos. Decorrente da revisão dos fundamentos teóricos de outras economias elaborou-se o Quadro 1, o qual teve papel fundamental em subsidiar as análises dos princípios mobilizados pela ASSEPAR.

Os princípios econômicos mobilizados pelo(a)s associado(a)s e regulamentados na ASSEPAR, com base nas referências bibliográficas permeiam tanto a Economia Solidária - ES de Singer (2002) e de Lisboa (2004), como a Socioeconomia Solidária - SES de Lisboa (2004), para além da Economia de Simetria de Polanyi.

A ASSEPAR, apesar da não rotatividade da diretoria, evidencia a autogestão como um princípio assumido pelo(a)s associado(a)s, dado os “corredores” se tornarem locais de discussão e decisão, com a participação do(a)s associado(a)s.

No total foram identificados 14 princípios econômicos que guiam ou orientam as ações ou tomadas de decisões do(a)s associado(a)s da ASSEPAR, sendo que alguns já se encontram regulamentados no Estatuto: Porta aberta; Entranhamento comunal; Pobreza; Divisão de ganhos; Redistribuição; Autogestão; Democracia; Reciprocidade positiva; Neutralidade; Solidariedade; Cooperação; Sustentabilidade; Parcerias; e Autonomia.

Destaca-se que esses princípios econômicos, substantivos, se somam ao princípio econômico da troca, o qual fundamenta a economia de mercado. Esses princípios estão pautados em valores sociais para a reprodução da vida humana, o que nos permite, ao encontro de Polanyi (2016), fazer uma crítica as leituras que buscam homogenizar as ações humanas como voltadas ao individualismo e ao atendimento ao mercado.

A ASSEPAR se caracteriza como uma organização social para a produção e distribuição, na qual o(a)s associado(a)s seguem princípios econômicos acionando diferentes valores sociais, inclusive o da economia de mercado para promover a subsistência.

A literatura das economias pautadas na subsistência humana contribuíra para pensar dinâmicas alternativas as impostas pela economia de mercado, bem como diferentes formas de organização social, que no estudo de caso, decorreu de pessoas que se encontravam a margem da sociedade de mercado, que se juntam e encontram apoio de outras instituições, e juntas transformam as sociedades. A ASSEPAR nasce como uma organização sem fins lucrativos e desenvolve-se pela dependência do poder público. Sua história acompanha os incentivos de políticas públicas e de programas e projetos que unem problemáticas do modelo industrial de produção: vulnerabilidade social e ambiental.

O estudo dos princípios econômicos e de diferentes economias permitiram visualizar outro estilo de sociedade, onde a solidariedade e a reciprocidade andam juntas com autogestão, a democracia, a igualdade e a liberdade, para além e outros no decorrer de uma luta social emancipadora vieram a somar-se.

Acredita-se que, esse estudo abre as portas para outros olhares acerca das organizações sócioprodutivas de catadores de materiais recicláveis no Brasil, em especial para reflexão de tomadores de decisão sobre o apoio necessário à manutenção dessas organizações, que são produtivas, mas acima de tudo sociais, cuja contribuição ambiental é inquestionável.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J C M; MEIRELES, M, E, F. **Gestão de resíduos: as possibilidades de construção de uma rede solidária entre associações de catadores de materiais recicláveis**. *Sistemas & Gestão* 8, pp 160-170. 2013.
- BANDEIRA, M. **Estrela da Vida Inteira**. 20 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BAPTISTA, V. F. **A solidariedade na economia e a economia solidária das cooperativas**. *Otra Economía*, n. 15, v. 8, p. 128-140, 2014.
- BASEN, G. R.; RIBEIRO, H.; GUNTHER, W. M. R; JACOBI, P. R. Coleta seletiva na Região Metropolitana de São Paulo: impactos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Ambiente & Sociedade*. v. 17 (3). 2014.
- BORDINHÃO, A. Fechamento de lixão gera reclamações em Paranaguá. **Tribuna do Paraná**, Curitiba, 16 abril 2008. Disponível em: <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/parana/fechamento-de-lixao-gera-reclamacoes-em-paranagua/>. Acesso em: novembro de 2021.
- BORTOLI, M. A. **Tecnologias e sociabilidades: processos de organização de catadores de materiais recicláveis**. 193 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- _____. **Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações**. *Revista Katálysis: Florianópolis*, v. 16, n. 2, p. 248-257, 2013.
- BRAGA, N. L.; MACIEL, R. H. **Desafios e contradições de um projeto solidário: o caso de uma associação de catadores de materiais recicláveis**. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 19, n. 3, p. 557-568, jul./set. 2018.
- BRASIL. Lei n o 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Presidência da República, Departamento da Casa Civil. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 19 de maio de 2021.
- BRITSCHGY, L. F. C. **ECONOMIA SOLIDÁRIA E CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: ANÁLISE DAS AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS EM RIO CLARO- SP NO PERÍODO DE 2009 à 2018**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Rio Claro, 2018.
- CORRÊA, N. R. G. AYACH, L. R. **Organização Social de Catadores de Recicláveis e seus desafios**. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais (RBCIAMB)*: Rio de Janeiro, n.41, p. 58-74, 2016.
- DE PÁDUA BOSI, A. **História dos catadores no Brasil**. Edições Verona, 2018.
- DE SENA ABRAHÃO, C. M. Periferias urbanas–território de complexidades. In: DENARDIN, V.; DE SENA ABRAHÃO, C. M.; QUADROS, D. A. (Org.). **LITORAL DO PARANÁ–REFLEXÕES E INTERAÇÕES LITORAL DO PARANÁ–REFLEXÕES E INTERAÇÕES**, p. 111, 2011.

DE SENA ABRAHÃO, C. M.; ALENCASTRO, L. H. Vulnerabilidade social e problemática ambiental na gestão dos resíduos sólidos no litoral do Paraná: análise do quadro atual das associações de resíduos sólidos e suas relações. In: DENARDIN, V.; DE SENA ABRAHÃO, C. M.; QUADROS, D. A. (Org.). **LITORAL DO PARANÁ—REFLEXÕES E INTERAÇÕES**, p. xxx, 2011.

GAIGER, L. I.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. **O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 61, no 1, 2018, pp. 137 a 169.

GONÇALVES, P. **A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicas**. 2003.

HAMMES, M. **Organização dos Catadores de Resíduos: uma análise a partir de variáveis socioeconômicas e do ambiente de trabalho**. Dissertação de Mestrado em Engenharia e Ciências Ambientais. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados: paranaguá** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/paranagua.html>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA TECNOLÓGICA. **Cooperativa de catadores de materiais recicláveis: guia para implantação**. São Paulo: SEBRAE. 2003.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 6.ed. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

LÉVESQUE, B. **Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia**. Política & Sociedade, v. 8, n. 14, p. 107-144, 2009.

MEDEIROS, L. F. R.; MACÊDO, K. B. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?**. Psicologia & Sociedade, v. 18, n. 2, p. 62-71, 2006.

OLIVEIRA, J. A. B. **PRINCÍPIOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM COOPERATIVAS DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE MARINGÁ - PR: Avanços, Desafios e Limitações**. Revista Perspectivas Contemporâneas, v. 11, n. 3, p. 79 - 96, set./dez. 2016.

PARANAGUÁ. **Lei ordinária nº 3.306/2012, de 06 de dezembro de 2012. Autoriza a concessão de direito real de terreno público à associação de catadores de material reciclável da Vila Santa Maria - ASSEPAR, e dá outras providências**. Prefeitura Municipal de Paranaguá, Paranaguá, Paraná. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2012/330/3306/lei-ordinaria-n-3306-2012-autoriza-concessao-de-direito-real-de-terreno-publico-a-associacao-de-catadores-de-material-reciclavel-da-vila-santa-maria-assepar-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 22 de abril de 2021.

PARANAGUÁ. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Paranaguá**. Volume II, 2011. Disponível em: <https://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/secretarias-e-orgaos/meio-ambiente-e-servicos-urbanos/plano-municipal-de-saneamento-basico>. Acesso em: 22 de abril de 2021.

PITANO, S. C.; NOAL, R. E. A transição dos ex-catadores do lixão às cooperativas de triagem: um processo emancipatório de inclusão solidária no município de Pelotas - RS. Caminhos de Geografia, v.21, n. 74 Abr, p.142–151. 2020.

RIBEIRO, I. M.; NARDI, H. C.; MACHADO, P. S. **Catadoras(es) de materiais recicláveis e as possíveis articulações entre trabalho precário e relações de gênero**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 15, n. 2, p. 243-254, 2012

SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHIOCHET, V. A experiência da Secretaria Nacional de Economia Solidária: um breve relato. In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Org.). A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

SILVA, S. P. (Org.). A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. In: **Dinâmicas da Economia Solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

_____. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária - Brasil**. Rio de Janeiro, RJ. 2017.

SILVA, S. P.; GOES, F. L.; ALVAREZ, A. R. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável - Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

SINGER, P. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo**. 1998.

_____. **Economia Solidária versus Economia Capitalista**. 2001.

_____. **Introdução à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S.(Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista - 2a ed.** - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Cap. 1, p. 81-130.

_____. **DEZ ANOS DE SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES)**. 2014.

SOUZA, D. O. O trabalho de catadores associados: imbricamento entre precarização e autogestão. Argumentum, Vitória, v. 14, n. 1, p. 180-193, jan./abr. 2021.

TIEPOLO, L. M.; DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial sustentável: Uma nova experiência na Mata Atlântica. In: DENARDIN, V. F.; ALVES, A. R. **Desenvolvimento territorial: Olhares contemporâneos**. Londrina: Ed. Mecenaz, p. 21-32, 2019. Disponível em: http://www.ppgdts.ufpr.br/?page_id=841.

TYGEL, D. Desafio local-global da Economia Solidária. In: SORRENTINO, M. et al. (Org.). **Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. Piracicaba-SP: MH-Ambiente Natural, p. 39-50, 2017. Disponível em: <http://www.nacepteca.esalq.usp.br/publicacao/livro-educa%C3%A7%C3%A3oagroecologia-e-bem-viver-transi%C3%A7%C3%A3o-ambientalista-para-sociedades>.

WRONISKI, E. Depois de 32 anos, lição de Paranaguá será extinto. **Tribuna do Paraná**, Curitiba, 18 março 2005. Disponível em: <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/parana/depois-de-32-anos-lixao-de-paranagua-sera-extinto/>. Acesso em: novembro de 2021.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**; trad. Daniel Grassi. - 3. ed. - Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA ABERTA

Entrevistador: Geraldo Sebastião Marques Junior.

Título da pesquisa: Organização socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis da ASSEPAR em Paranaguá/PR.

Entrevistado(a):

Data:

Local:

PRIMEIRA PARTE: PERFIL SOCIOECONÔMICO

- 1 - Idade;
- 2 - Escolaridade;
- 3 - Sexo;
- 4 - Local de origem;
- 5 - Tempo na associação;
- 6 - Experiências laborais anteriores.

SEGUNDA PARTE: TÓPICOS ACERCA DA ASSOCIAÇÃO E DO(A)S ASSOCIADO(A)S

- 7 - Aproximação com a Associação;
- 8 - Organização e gestão do trabalho;
- 9 - Relação do(a)s Associado(a)s;
- 10 - Suas perspectivas futuras;
- 11 - Dificuldades e pontos positivos da Associação;
- 12 - Papel ou importância da Associação para a sua vida.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, GERALDO SEBASTIÃO MARQUES JUNIOR, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná, matrícula nº 40001016081P3, estou convidando o(a) senhor(a) para participar da pesquisa intitulada: “ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA ASSEPAR EM PARANAGUÁ/PR”. A pesquisa tem o objetivo principal de identificar os princípios econômicos mobilizados pelo(a)s associado(a)s participantes da ASSEPAR no município de Paranaguá, Litoral do Paraná.

O presente termo, assinado pelas diferentes partes, demonstra o respeito no uso das informações coletadas por meio da entrevista que será transcrita e textualizada as quais serão utilizadas para a elaboração de parte da dissertação de caráter educativo.

O(A) entrevistado(a), abaixo assinado, depois de conhecer e entender os objetivos apresentados pelo pesquisador declara estar ciente e autoriza o uso da entrevista como base para a construção do estudo, sem divulgação do seu nome.

, de de 2023.

Nome do(a) entrevistado(a): _____

RG/CPF do(a) entrevistado(a): _____

Entrevistado(a)

Pesquisador